



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 63

QUINTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 113ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE JUNHO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Importação do leite em pó, em detrimento do produtor nacional.

DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI — Atuação do Sr. Alceu Antonio Swaronwski, à frente da Prefeitura da cidade de Rio Negro—PR.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Discriminação que estaria ocorrendo no Território de Rondônia, contra o MDB, no acesso aos meios de comunicação.

DEPUTADO FERNANDO COELHO — Memorial da Cooperativa e do Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Pernambuco, dirigido ao Secretário de Saneamento, Habitação e Obras do Estado, relativo a exigências que estariam sendo feitas pela COHAB—PE, junto à CONCEPE, no tocante ao fornecimento de materiais de construção.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apelo ao Ministro da Educação e Cultura, no sentido de dotar a cidade de Jundiá—SP de um posto de venda do FENAME.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Utilização efetiva da plataforma das 200 milhas.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Discriminação que estaria ocorrendo contra a ARENA, nos meios de comunicação das cidades de Petrópolis e Teresópolis—RJ.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Atividades da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro — EMATER — Rio.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Urgência no atendimento às vítimas das enchentes do Estado do Amazonas. Declaração do Superintendente da SUDHEVEA, feita na Comissão da Amazônia, referente a não concessão de aumento de preços para a borracha. Instituição de dias especiais em nosso calendário.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Aniversário de fundação da cidade Formosa do Oeste — PR.

DEPUTADO GOMES DA SILVA — Resposta do Sr. Ministro dos Transportes a respeito de pronunciamento feito por S. Exª sobre a construção da BR-020.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1976, que altera os arts. 101 e 102, inciso II, da Constituição Federal. **Discussão adiada**, em primeiro turno, após parecer emitido pelo Sr. Angelino Rosa, em nome da Comissão Mista.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 114ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE JUNHO DE 1976

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Centenário de fundação do Município de Estrela—RS.

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Solicitação da Comissão de Agricultura e Política Rural, da Câmara dos Deputados, dirigida a autoridades monetárias do País, no sentido de estender os financiamentos de cafezais na Amazônia.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Encontros do Presidente da República com os Srs. Ministros da área econômico-financeira do País, objetivando concertar medidas com vista à contenção da alta dos preços.

DEPUTADO DIAS MENEZES — Manifestação de pesar pelo falecimento do Dr. João Adhemar de Almeida Prado.

DEPUTADO PACHECO CHAVES — Necrológio do Dr. João Adhemar de Almeida Prado.

DEPUTADO NUNES ROCHA — Apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, no sentido de dotar a capital do Estado de Mato Grosso com os serviços de DDD.

DEPUTADO GOMES DA SILVA — Artigo do economista Paulo de Tarso de Moraes, intitulado **O FINOR e a Moderni-**

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

zação Administrativa, e discurso do Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, proferido por ocasião da abertura do II Encontro Regional de Prefeitos do Estado, publicados no jornal **O Povo**.

DEPUTADO FERNANDO COELHO — Manifestação de pesar pelo passamento do escritor Hermilo Borba Filho.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Projeto de lei de autoria de S. Ex^a, dispondo sobre a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Artigo publicado no jornal **Pró-GÊA**, em defesa do Parque Nacional do Marumbi.

DEPUTADO AURÉLIO CAMPOS — Posição de S. Ex^a quanto à anunciada privatização da VASP.

DEPUTADO LEÓNIDAS SAMPAIO — Defesa dos titulares de cartório, face a afirmações inseridas em **O Globo**, de 11-4-76.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Providências do poder público em favor da Estância Hidromineral de Socorro, em São Paulo.

DEPUTADO NELSON THIBAU — Depósito compulsório para viagens ao exterior.

DEPUTADO ALVARO VALLE — Homenagem ao Deputado José Sally, falecido recentemente.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 40/76-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.465, de 30 de abril de 1976, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 1.455, de 13 de fevereiro de 1976. **Aprovado**, à promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 113ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE JUNHO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevair Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira

— Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Rui Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Olivei-

ra — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — MDB; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guáçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José

Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Oswaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Gudi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Lucá — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 350 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTONIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a imprensa volta a informar que o Governo vai efetivamente importar leite em pó. Informação desta ordem parece até ser mentira. Ela é verdadeira, no entanto, por mais paradoxal que pareça. Eis o que informam os jornais:

“Governo decidiu mesmo a importar leite em pó

Após uma prolongada reunião com os representantes das indústrias de leite e laticínios, o Coordenador da Comissão Permanente de Pecuária (CPP), do Conselho Nacional de Abastecimento (CONAB), José Ramalho, anunciou que o governo já decidiu pela importação de três mil toneladas de leite em pó para atender, principalmente, abastecimento da Grande São Paulo, onde o fornecimento de leite fluido já caiu mais de quarenta por cento.

A reunião foi aberta pelo Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, que pediu aos industriais e dirigentes de cooperativas maior parcela de colaboração e uma quota de sacrifício, porque ainda era cedo para definir qual será o preço a ser estabelecido para a chamada margem de intermediação. O presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios de São Paulo, Taizo Maeda, recusou-se a fazer qualquer declaração, pois “eu cheguei aqui com muita esperança e agora saio sem nenhuma”.

Os representantes das indústrias de leite e laticínio, responsáveis pelo processamento e abastecimento de leite fluido, esperavam que a reunião fosse para definir o reajuste da margem de intermediação. Contudo, as discussões se desenvolveram mais em torno do problema de abastecimento em São Paulo, onde a situação está se agravando.

Os industriais explicaram que era impossível produzir leite reidratado para o abastecimento de São Paulo, a fim de compensar a redução no fornecimento de leite *in natura*, porque o custo do leite em pó torna a operação proibitiva, considerando o preço recebido para a intermediação. Disseram, por exemplo, que, em 1972, a intermediação correspondia a 37,4 por cento do preço a nível de consumidor. Atualmente, essa participação percentual caiu para 24 por cento. Desta maneira não podemos pagar Cr\$ 17,00 o quilo do leite em pó para fazer a reidratação.

Para contornar esses problemas, e restabelecer o fornecimento de leite fluido a São Paulo, o governo resolveu acelerar a liberação dos seus estoques, que atingem a quase 10 mil toneladas, para as indústrias de laticínios. Além disso, foi autorizada a importação de três mil toneladas a fim de dar um reforço.”

Esta informação, além de lamentável, é condenável. Onde irá parar o nosso País com esta política? Importamos tudo o que temos condições de produzir até para exportar em grande escala: leite em pó, arroz, trigo, feijão preto, batatinha, cebola, alho, carne etc.

Que é feito do nosso rebanho de gado leiteiro? O Uruguai, com 20% do seu rebanho constituído de gado leiteiro, exporta leite em grande escala. Na Argentina, acontece o mesmo.

E o que impressiona é que o Governo, a cada passo, vem anunciando medidas protecionistas e de estímulo. Acontece que, face à burocracia e à falta de infra-estrutura, os recursos governamentais nunca atingem seus objetivos. De outra forma, não se ousaria falar na importação de leite em pó. Em lugar de um projeto como o Plano Agropecuário do Uruguai, que funciona como um relógio, o Brasil dispõe de uma infinidade de órgãos, cabides de emprego, instrumen-

tos emperrados, que constituem uma máquina obsoleta e enferrujada, que não funciona. As melhores idéias do Governo se estiolam e morrem dentro deste monstro. Enquanto isto ocorre, as fontes de produção estão desaparecendo e o consumidor, cada dia que passa, paga mais caro pelo que come.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para trazer ao conhecimento da Casa e também do Brasil o grande desenvolvimento que vem alcançando de Rio Negro, na região sul do Paraná, na atual administração, correta, digna e honesta, do Prefeito Dr. Alceu Antonio Swarowski, Município este que tenho a honra de representar neste Congresso Nacional.

Consoante o II Plano Nacional de Desenvolvimento e Diretrizes Estaduais de Planejamento, existe uma filosofia de interiorização desse mesmo desenvolvimento no sentido de se evitar o fenômeno das megalópoles.

Segundo esses parâmetros, Rio Negro inaugurou, na nossa administração, o sistema de desenvolvimento agroindustrial também na zona rural.

Consolidando o Distrito Industrial, através de todo o trabalho de infra-estrutura, às suas próprias expensas e aproveitando a vocação de outras localidades do interior para a industrialização, o Município de Rio Negro abriu perspectivas para o segundo Distrito Industrial do Município, este a ser localizado no Distrito de Lageado, em plena zona rural.

É a integração da cidade e do interior para o desenvolvimento, por entendermos que o nosso País, de contrastes maravilhosos e que só reafirmam a unidade nacional, não deverá apresentar contradições entre sede de Município e interior deste. Para se conseguir isso, há que se dar as condições mínimas exigíveis, tais como construção e conservação de estradas; pavimentação primária; energia elétrica; além de educação e saúde para que o conjunto desses elementos possa equilibrar o desenvolvimento em termos nacionais.

O resultado prático dessa política já se fez notar nesses três anos de administração, pela quadruplicação do ICM, aumentando em mais de três vezes o orçamento municipal.

Analisando a ação do Governo, ao estabelecer pólos agroindustriais, corredores de exportação e considerando o crescimento de Rio Negro em 74 — mais de 40% do que cresceu o próprio Estado do Paraná — e ainda, como fator de primordial importância, a localização geográfica da cidade, o Prefeito Alceu Antonio Swarowski tem pautado sua participação nos conclave municipalistas pela apresentação de teses no sentido da transformação do Município no Quarto Eixo Agroindustrial do Estado.

Assim foi no Primeiro Congresso de Prefeitos do Paraná, realizado em Foz do Iguaçu e o foi agora em Caiobá, no Primeiro Encontro Interestadual Municipalista, num trabalho congregado do Executivo Rio-negrense, da Câmara Municipal, da Associação Comercial e Industrial de Rio Negro e Mafra e dos clubes de serviço locais, quando todas as reivindicações em termos de comunidade são feitas em conjunto.

Os Poderes Executivo e Legislativo sempre estiveram em acordo, perfeitamente e entrosados com participação decisiva, demonstrando que a administração está acima de partidos, confirmando que em Rio Negro faz-se a política da administração e não política na administração, caracterizando o lema "caminhando juntos, estamos crescendo juntos".

Após a criação dos três Eixos Pólos Agroindustriais do Estado — Curitiba—Ponta Grossa; MARINGÁ—Londrina e Cascavel—Guaíra — todos os fatores impelem a que se crie o próximo em Rio Negro, que dista apenas cem quilômetros da Capital do Estado e está localizado às margens da BR-116, ligação São Paulo—Porto Alegre, oferecendo clima ameno durante o ano todo, lavoura diversificada,

constituída de minifúndios e um dos maiores contingentes de mão-de-obra de excelente índice de aproveitamento e fácil adaptação se levarmos em conta a variedade de indústrias ali instaladas, onde se destaca o maior complexo de beneficiamento de fumo da América Latina, a Companhia Souza Cruz S.A., dando oportunidade de emprego para mais de duas mil pessoas de ambos os sexos, num aproveitamento de recursos profissionais e disponibilidades sociais.

Essa mesma indústria em menos de um ano de atividade já realizou uma ampliação, concluindo quinze mil metros de área construída que, somados aos já existentes quarenta e dois mil, perfazem nada menos do que cinquenta e sete mil metros quadrados a serviço do desenvolvimento de Rio Negro, recomendando sobre maneira todos os investimentos que ali se programaram.

Como condições básicas para novas indústrias, não só o Distrito Industrial possui todas as obras de infra-estrutura necessárias, como a cidade também oferece um serviço de abastecimento de água para noventa por cento da população e de esgoto para sessenta por cento, além de meios de comunicação, obtidos com a concessionária de Santa Catarina, que instalou o sistema de telefonia em discagem direta para funcionamento ainda no primeiro semestre deste ano.

Rio Negro é um corredor de exportação por força da natureza, e, podendo corresponder a todas as exigências para cumprir as funções de Quarto Eixo Pólo Agroindustrial dentro da expansão econômica do Estado, espera sensibilizar as autoridades competentes para esse atendimento, que virá consolidar sua participação no contexto desenvolvimentista da Nação brasileira.

Desde 73, quando o distrito industrial foi criado por lei municipal, Rio Negro vem galgando paulatinamente as fases de sedimentação econômico-financeira, permitindo, na sua área específica, a instalação de concessionários de veículos automotores, restaurantes e hotéis, projetos turísticos, centros esportivos, silos e armazéns para produtos agrícolas, agroindustriais, outros de aproveitamentos de matéria-prima existente na região e obras de segurança ou interesse nacional, estadual ou municipal.

No setor educacional, de acordo com o nosso planejamento inicial, sete escolas rurais deviam ser construídas; cinco delas já estão em pleno funcionamento e duas até final da gestão serão concluídas, beneficiando a população do interior. Também às expensas da Prefeitura criamos a Escola Municipal de Educação Especial, para excepcionais, além de fazermos funcionar a Biblioteca Pública Municipal.

Este ano comemora-se o Sesquicentenário da Estrada da Mata e a Prefeitura instituiu um concurso sobre a História de Rio Negro, com prêmio ao vencedor estipulado em Cr\$ 15.000,00. Por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, outro concurso a nível escolar será promovido, sobre Tropas e Tropeiros na formação da nossa Região.

O Prefeito Alceu Swarowski esclareceu ainda que, da lavra de Raul D'Almeira, ex-Prefeito Municipal de Rio Negro, em colaboração com a Prefeitura Municipal, foi editada uma obra histórico-didática sobre as origens de Rio Negro e a Estrada da Mata; o primeiro volume abrange até os dias atuais.

Nesta oportunidade o Chefe do Executivo de Rio Negro registra seu agradecimento à comunidade em geral, que o auxiliou na construção de escolas rurais, tendo em vista a falta de colaboração da FUNDEPAR, órgão estadual criado para esse fim. As escolas recém-construídas contam com sala-de-aula, cozinha, gabinete dentário e dependências administrativas.

A assistência ao menor, em Rio Negro, também mereceu a atenção do atual Prefeito. O Município possui, para isso, uma entidade específica, a Casa do Menor Ana Zornig.

A Prefeitura Municipal destina anualmente uma verba de trinta e seis mil cruzeiros como subvenção para a organização, que se tornou o Centro Piloto de Treinamento de Voluntários, Coordenadores e Dirigentes da política de prevenção contra a marginalização do menor no Sul do Brasil, incluindo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As atividades no setor de saúde são exercidas em conjunto com os órgãos estaduais, ACARPA e Associação Municipal de Educação e Saúde. São promovidas todos os anos campanhas de vacinação anti-rábica e registro de cães. A Prefeitura participa ainda com viaturas e cessão de funcionários para a realização de outras campanhas no gênero.

O plano trienal de calçamento desenvolve-se normalmente, apenas prejudicado em parte, nos últimos meses, em face da necessidade de reparos nos setores danificados pelos trabalhos de ampliação do sistema de abastecimento de água, realizado pela SANEPAR e de colocação de cabos telefônicos, este realizado pela TELESC, visando à instalação do serviço de DDO.

Em conjunto com as Prefeituras dos Municípios de Antonio Olinto e Lapa, limitrofes com Rio Negro, a municipalidade fez construir uma ponte sobre o Rio da Várzea, com quarenta e oito metros de vão.

Em continuidade ao atendimento ao setor viário, foram construídas inúmeras pontes com extensão variável de oito a vinte e cinco metros, mais noventa e sete obras entre bueiros e pontilhões, implantando-se o sistema de tubos de concreto em substituição ao anterior, já superado.

Todos os acessos do interior para a sede do Município foram reificados e revestidos primariamente. Uma estrada-tronco para servir o Segundo Distrito Industrial de Lageado foi construída, numa extensão de treze quilômetros e largura de doze metros. Essa obra conta com as benfeitorias de galerias pluviais e revestimento de cascalho.

Partindo da premissa de que não existe desenvolvimento sem eletrificação, o setor energético foi atacado com dinamismo pela CELESC, que deu atendimento à iluminação pública da cidade, com noventa e oito por cento da rede por sistema de mercúrio.

Foram instalados vinte e sete quilômetros de eletrificação rural, com previsão para mais trinta ainda este ano.

Todos os projetos prioritários para o distrito industrial já foram implantados em oitenta por cento.

No saneamento básico, um investimento na ordem de Cr\$ 5.600.000,00, está sendo aplicado em conjunto pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, para ampliação da rede de água na cidade, com um atendimento previsto para noventa por cento da população, quando, por outro lado, o esquema de ampliação da rede de esgotos está programado ainda para este ano.

O serviço de abastecimento de água tem data de inauguração marcada para maio próximo.

Recentemente a Prefeitura Municipal ingressou como sócia no Programa Estadual de Radiodifusão — RADIPAR, o que virá beneficiar o povo das duas cidades, Rio Negro e Mafra, esta no Estado de Santa Catarina.

O Município já fez uma inversão de capital na ordem de sessenta mil cruzeiros nesse setor. Foram colocadas torres repetidoras para melhorar a recepção de imagem dos canais de televisão da Capital. Agora recebemos imagem local.

Rio Negro é exemplo para outras administrações.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra o nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejamos, desta tribuna, protestar contra a violenta discriminação que ocorre nos meios de comunicação de Rondônia, com relação ao MDB, não se lhe permitindo qualquer acesso ao Rádio e à TV.

Entretanto, o eminente Deputado Francelino Pereira, Presidente Nacional da ARENA, em visita ao nosso Território nos dias 5 e 6 últimos — viagem nitidamente de arregimentação política de campanha eleitoral — teve sua fala nas concentrações realizadas em

Vila Rondônia transmitida pela Rádio Caiari, de Porto Velho, que acompanhou a caravana arenista pelo interior.

A emissora de televisão de Porto Velho, TV Rondônia — Canal 4, filiada à Rede Amazônica de Televisão, que sofreu ameaças por ter permitido o acesso do Deputado Ulysses Guimarães a seus estúdios, para uma entrevista, em janeiro passado, em Manaus, realizou agora, em Porto Velho, sem qualquer temor ou ameaça, ampla entrevista com o Deputado Francelino Pereira, que se fazia acompanhar do Presidente da ARENA do Território, que atuou como entrevistador, ensejando pronunciamentos políticos naquela emissora de televisão, transmitido em horário nobre.

Verifica-se, assim, Sr. Presidente, a discriminação existente contra o MDB, em Rondônia. Nós quando procuramos as Rádios do Território para fazer algum esclarecimento à população, recebemos a negativa dos donos daquelas emissoras, dizendo que não podem aceitar nossos pronunciamentos, pois existe o risco de punição. Este fato aconteceu conosco no mês de fevereiro, quando a Rádio Educadora de Guajará-Mirim negou nosso acesso para prestar esclarecimento ao povo daquela cidade sobre campanha difamatória de que éramos vítima naquela região.

Quando nosso nome foi cogitado, em Porto Velho, para participarmos do programa denominado "O Homem é a Meta", na TV Rondônia, a idéia foi imediatamente repelida, sob a alegação de que somos vetados permanentemente a participar de programas de televisão, no Território, por sermos do MDB e fazer oposição ao Governo local.

Sr. Presidente, verifica-se, dessa forma, dois pesos e duas medidas. O Presidente da ARENA de Rondônia, Sr. Odacir Soares e o Presidente da ARENA Nacional, Deputado Francelino Pereira, têm o mais amplo acesso às rádios e televisões do Território de Rondônia. Em relação a nós, que somos o Presidente do MDB, no Território, a televisão é impedida até de divulgar notícias sobre nossa atuação parlamentar, sendo que, em relação a TV Rondônia, existe um veto quanto ao nosso acesso àquela estação para qualquer entrevista ou esclarecimento. Sr. Presidente, indagamos das autoridades competentes: por que o Deputado Francelino Pereira teve o mais amplo acesso à TV Rondônia e nós não podemos ser entrevistados por aquela emissora de televisão? Por que tanta discriminação? A proibição de acesso às televisões é só para os integrantes do MDB? Sr. Presidente, é bem verdade que os jornais, a rádio e a televisão do Território são altamente subsidiados pelo Governo local, com contratos de publicidade até escandalosos. A ARENA sendo o Governo, e o Governo sendo a ARENA, é natural que a publicidade, as entrevistas e as coberturas de toda ordem dada aos dirigentes da ARENA que estiveram em Rondônia, neste fim de semana, faça parte da prestação de serviço em decorrência daqueles contratos de publicidade.

Temos em nosso poder os diversos contratos celebrados pelo Governo do Território com os jornais, a Televisão e a Rádio, onde se vê que a Imprensa ali é totalmente subsidiada pelo Governo. Na verdade, o Governo do Território gasta mais com publicidade ou subsídios à Imprensa do que com o combate à lepra e à tuberculose.

Sr. Presidente, é preciso denunciar a discriminação que existe em relação ao MDB, quando se veda, por todos os meios, o acesso do eminente Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do nosso partido, ao rádio e à TV, e se facilita, por todos os meios, o acesso dos dirigentes arenistas àquelas emissoras, sob os mais variados pretextos. Quando se trata do Deputado Ulysses Guimarães, as estações de Rádio e de Televisão se recusam à transmissão das reuniões e pronunciamentos, alegando temor de punições ou até da cassação de suas concessões. Quando se trata do Deputado Francelino Pereira, todas as regalias são concedidas, não existe nenhum temor por parte das estações em transmitir reuniões, pronunciamentos ou entrevistas.

Está, pois, comprovada, a discriminação em relação ao MDB. Esta é a denúncia que fazemos à Nação.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Cooperativa das Indústrias de Cerâmica de Pernambuco — CONCEPE — e o Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Pernambuco, dirigiram, no dia 1º deste mês, ao Secretário de Saneamento, Habitação e Obras do Estado de Pernambuco memorial, subscrito pelos presidentes das duas entidades, Srs. Sérgio Paranhos Ferreira e Aloysio Monteiro Filho, nos seguintes termos:

“Em setembro do ano próximo findo, firmou a CONCEPE quatro contratos para fornecimento de materiais cerâmicos, destinados às construções de unidades habitacionais no Ibura (UB-11), Rio Doce (2) e no Município de Igarassu, respectivamente com as firmas Omar O'Grady, Dante Engenharia e Sancel S/A e Lemos Asfura, num total de 4.000.000 (quatro milhões) de telhas e 12.000.000 (doze milhões) de tijolos;

Os referidos contratos, com prazo de 6 (seis) meses, contaram com a interveniência da Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco;

Dos 4 (quatro) contratos, cumpriu a CONCEPE, rigorosamente, os três últimos acima relacionados, valendo acrescentar que, para as quatro obras, vinha efetuando o fornecimento normal dos materiais, recorrendo, inclusive, à compra de telhas no Estado do Rio Grande do Norte, a fim de dar fiel cumprimento aos compromissos assumidos, inclusive quanto aos preços contratuais, que eram fixos;

É de salientar que a importação de telhas do Rio Grande do Norte — a que se não podia apresentar qualquer objeção, em face do silêncio dos contratados — deveu-se ao fato de as cerâmicas deste Estado haverem tido suas instalações e produções parcial ou totalmente destruídas pelas calamitosas enchentes ocorridas em 1975, com grande abalo na sua capacidade de produção, pelo que, inclusive, tiveram os substanciais prejuízos que sofreram, reconhecidos pelo próprio Governo Estadual, que lhes concedeu, na ocasião, anistia fiscal;

Por oportuno, ressalte-se que, além de não estabelecerem os contratos a origem obrigatória dos materiais a serem fornecidos, os que foram adquiridos no Estado do Rio Grande do Norte, evitando o atraso no fornecimento e uma possível e consequente diminuição no ritmo das obras, eram de qualidade tão excelente quanto as deste Estado e foram aceitos, então, pela interveniente COHAB—PE sem qualquer objeção ou restrição;

Cumpridos, pois, a contento, os três contratos já mencionados, é de ver que também o quarto, referente às construções do Ibura (UB-11) também o seria, não somente pelo satisfatório atendimento que vem dando a CONCEPE a outros contratos não mencionados aqui, mas pelo fato de haver ocorrido, na execução do supracitado contrato, um incidente de ordem administrativa alheio à vontade da CONCEPE;

Com efeito, inopinada e surpreendentemente, ao contrário de como normalmente vinha agindo, achou por bem a Presidência da COHAB—PE exigir da CONCEPE que somente fornecesse telhas fabricadas em Pernambuco, usando, inclusive, método injusto e arbitrário de coação, qual seja, determinou que, enquanto a CONCEPE não atendesse tal exigência, submetendo-se a aceitá-la mediante assinatura de termo aditivo naquele sentido, fosse suspenso o pagamento, a

que já fazia jus a CONCEPE, de faturas relativas a materiais já fornecidos (e aceitos) para esta obra e para os três contratos já normal e inteiramente cumpridos. Mencione-se, a propósito, que o Sr. Presidente da COHAB—PE, estranha e inexplicavelmente, mandou que as telhas já existentes no canteiro das obras do Ibura fossem transportadas para as obras de Igarassu...

Não obstante não estivesse a CONCEPE contratualmente obrigada a tanto, procurou satisfazer a imposição da Presidência da COHAB, tendo assinado o termo aditivo exigido (com o que, somente assim, obteve a liberação das quantias retidas), mas o fez depois de seguros entendimentos que manteve com a Cerâmica Santo Antônio, desta cidade, que se propusera a aparelhar-se mediante a aquisição de equipamento moderno, a fim de capacitar-se a atender à demanda.

Vale ressaltar que os entendimentos foram mantidos e ultimados entre a COHAB—PE e a Cerâmica Santo Antônio, com a presença e a participação do Presidente da COHAB—PE, Sr. Anacleto Porto;

A verdade é que a Cerâmica Santo Antônio, em que pese haver procurado cumprir o acordo feito, viu-se impossibilitada de fornecer a grande quantidade de telhas necessárias, em virtude de problemas de ordem técnica, o que levou a CONCEPE a reunir as cerâmicas cooperadas, que constituíram comissão especial técnica, a fim de tratar junto às indústrias quanto aos meios de obterem, com a urgência requerida, aumento da sua produtividade, de modo a possibilitar o fornecimento, pela CONCEPE, das telhas necessárias ao conjunto do Ibura. As providências estão sendo tomadas com pleno êxito, haja vista que, com efeito positivo e prática das mesmas, o fornecimento de telhas, nas últimas três semanas, indica o conseguimento, para bem curto prazo, do integral cumprimento do cronograma dessa obra;

É evidente e incontestável que a origem do atraso do fornecimento de telhas para a construção da unidade habitacional do Ibura foi a descabida exigência da Presidência da COHAB—PE, no sentido de que somente telhas fabricadas neste Estado seriam aceitas pela referida interveniente, sendo de acrescentar, para melhor ilustração, o fato de haver a CONCEPE cumprido fielmente as condições e cronogramas não somente das três obras acima relacionadas, como também dos demais contratos que têm a interveniência da COHAB—PE, como é o caso das obras do Mutirão. Ainda mais: em relação à própria unidade do Ibura, está a CONCEPE em dia com o cronograma, no que diz respeito ao fornecimento de tijolos.

A despeito disso, voltou a COHAB—PE a exercer seu poder de coação, retendo, injusta e ilegalmente, desde o início do mês de maio último, o pagamento, a que tem direito a CONCEPE, das faturas correspondentes aos fornecimentos de todas as demais obras, que estão com os cronogramas perfeitamente em dia. Diga-se, de passagem, que, também inexplicavelmente, em inteira inobservância ou desconhecimento das recomendações técnicas, eis que se trata de construções populares de apenas 50 m², está permitindo a Presidência da COHAB o emprego de tijolos de cimento e de telhas de amianto (de esclarecer que a alusão não diz respeito aos contratos de interesse da CONCEPE).

Sr. Secretário:

Abstraindo-se os aspectos da injustiça e ilegalidade, além de tratar-se de exigência fora das condições e cláusulas contratuais, pedem a CONCEPE e o Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Pernambuco sua valiosa atenção e a pronta atuação de sua autoridade e do seu conhecido espírito de justiça para os fatos ora expostos, especialmente para as terrí-

veis consequências de ordem financeira, econômica e social, oriundas da retenção de um crédito da CONCEPE junto à COHAB—PE, que já ascende a cerca de Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e meio de cruzeiros). Por conta do ato arbitrário do Presidente da COHAB—PE, estão em séria dificuldade as indústrias cooperadas, com os impostos, inclusive ICM, e obrigações sociais em atraso, sujeitas ao pagamento de multa, o que torna inevitável, se perdurar a situação, uma inflação nos custos operacionais.

Do ponto de vista social, ressalte-se o atraso de pagamento do pessoal, de que dependem milhares de famílias, situação vexatória que a CONCEPE não pode evitar, em virtude, principalmente, da retração de crédito que, como sabe V. Ex^a ocorre no momento."

Tendo em vista as razões que assistem à CONCEPE e a gravidade da situação exposta, que atinge um dos setores de grande importância na economia pernambucana, transmitimos, desta tribuna, o nosso apelo ao Governo de Pernambuco, para que solucione o problema, antes que se agrave a situação ora enfrentada pela indústria e pelas milhares de famílias que dela dependem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é muito antigo, muito antigo mesmo e dolorosamente sofrido, o problema brasileiro do livro e do material escolar. Os preços de um e de outro, de um modo geral, são escorchantes, sobretudo para as classes mais desfavorecidas da fortuna.

Nem foi por outro motivo que, desde alguns anos até os dias de hoje, o Ministério da Educação partiu para a criação da Fundação Nacional do Material Escolar, em cujos postos de venda se abastecem aqueles estudantes mais carentes de recursos. Genericamente, todos os materiais escolares e muitos livros podem ser adquiridos nos postos da FENAME, a preços muitíssimos mais acessíveis do que aqueles oferecidos pelo comércio normal.

Infelizmente, porém, e dada a vastidão continental do País, ainda não logrou o Ministério da Educação e Cultura levar a todos os Municípios brasileiros a presença atuante daqueles postos, cujos serviços ao povo pobre não é possível deixar de reconhecer.

Este é, precisamente, o caso de Jundiá, próspero e laborioso Município paulista onde se concentra uma volumosa população de estudantes, toda ela pagando os altos preços que o comércio local, como de resto o comércio nacional, cobra.

Dai porque, graças à iniciativa do Vereador Rolando Giarola, a Câmara Municipal de Jundiá aprovou o envio de um ofício especial ao honrado Ministro Ney Braga, solicitando de S. Ex^a que atendesse aos justos reclamos dos estudantes jundiaenses, ou seja, que naquele Município seja instalada e posta a funcionar uma repartição da FENAME onde os numerosos estudantes locais possam adquirir, a preços justos, os livros e os materiais escolares de que não podem prescindir.

A falta de um posto de venda da FENAME em Jundiá deixa apenas aos estudantes locais as opções das cidades de São Paulo ou Campinas, uma e outra, do ponto de vista prático e dada a distância que as separa dos estudantes jundiaenses, incapacitados para o atendimento das necessidades locais. A mocidade estudiosa de Jundiá não pode continuar a valer-se da viagem ocasional de um parente ou de um amigo para comprar, a preço justo, o livro e o material escolar indispensável ao seu estudo.

Dai porque, Sr. Presidente, conhecedor dos problemas de Jundiá, a que tantas afeições e mesmo tantos interesses me vinculam, e tomando conhecimento da decisão da sua Câmara Municipal, apresso-me a vir à tribuna para solidarizar-me com a reivindicação de seus estudantes e para endereçar um caloroso apelo ao eminente Ministro Ney Braga, no sentido de que o seu Ministério dote Jundiá

de um posto de venda da FENAME. Só assim os jovens poderão ter condições economicamente viáveis para a realização de seus cursos e o prosseguimento de seus estudos.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Nosser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com uma faixa de duzentas milhas, numa costa atlântica que apresenta mais de 12 mil quilômetros de extensão, o Brasil é um dos países do mundo que detém o privilégio de dispor de uma plataforma continental com várias alternativas de riqueza.

O ato de delimitação do novo mar brasileiro — adotado pela Revolução — implicou uma inocultável vitória para a mais importante Nação do Hemisfério Sul.

Paralelamente às atividades de prospecção de riquezas marinhas, onde se destacam as jazidas petrolíferas, possui o Brasil, em toda a sua área litorânea, impressionantes potencialidades pesqueiras, em nível a permitir não apenas, a nossa auto-suficiência, como também consideráveis excedentes para exportação.

Sei do alto empenho das nossas autoridades executivas, no que tange à dinamização, em âmbito tecnológico, para a implantação de uma política de exploração racional de todos esses bens de civilização. No que atina à riqueza mineral, está atento o Ministério das Minas e Energia, que já mobilizou medidas de localização e busca do petróleo onde se insere o êxito, de plena ressonância no País, nas reservas de Garoupa, na costa do Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca aciona os seus dispositivos, com a concessão de incentivos a empresas especializadas na captura e beneficiamento de cardumes.

Área costeira extremamente piscosa, a apreensão de diversificados frutos do mar e a consequente industrialização do produto representarão uma expressiva contribuição à política de alimentos por que vem lutando o Ministério da Agricultura, em seus propósitos de abrangência de todas as regiões capazes de gerar bens de suprimento humano.

Com os meus vivos aplausos aos intuítos de utilização científica de nosso mar, desejo — em desdobramento a este ponto de vista — estender-me à bacia potamográfica da Amazônia, em cujo ocidente está o Acre, Estado que represento nesta Casa do Congresso.

Busco, destarte, a elasticidade da programação, especialmente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, de modo que os rios amazônicos sejam definitivamente incorporados aos esquemas de exploração racional da pesca.

Os notáveis cursos perenes e seus tributários são, invariavelmente, piscosos, e submetem-se, até hoje, à primitiva prática da pesca artesanal.

À guisa de colaboração — na condição de Parlamentar da ARENA e fiel à filosofia da Revolução — desejo subsidiar os esquemas desenvolvimentistas do País. Tenho plena confiança na nossa sensibilidade de captação de problemas pertinentes a uma das mais fantásticas áreas hidrográficas do globo. Por isso que estou formulando um pensamento que se estende na escala de hierarquia de necessidades prementes. Isso tudo, porque o Brasil dispõe de uma bacia marítima e uma bacia fluvial que devem formar um eixo de riquezas conjugadas, fato altamente compensador à aceleração do processo de evolução nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acho que a intervenção do nobre representante do Território de Rondônia nesta Casa só seria válida se o MDB, nos locais em que tem o Poder Executivo nas mãos, não agisse de forma semelhante.

No Município de Petrópolis, Sr. Presidente, o acesso às estações de rádio e aos jornais é quase exclusivo do MDB. As duas estações de rádio e os jornais existentes naquela cidade recebem polpudas verbas do Prefeito do MDB, o que impede a veiculação das atividades dos Deputados integrantes da ARENA. O mesmo ocorre em Teresópolis, Município que represento nesta Casa. O jornal de Teresópolis é quase inteiramente subvencionado pelo Prefeito Municipal do MDB, que, além dos editais, distribui bastante matéria paga. Os nossos pronunciamentos, Sr. Presidente, não recebem qualquer cobertura.

Portanto, Sr. Presidente, o MDB teria condições de comparecer altaneiro à tribuna desta Casa se os seus componentes, quando no exercício de cargos executivos, não agissem da forma que estou mencionando neste instante.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ — Pronúncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos acompanhado com especial atenção os trabalhos que vem desenvolvendo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro—EMATER—RIO, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento.

Suas atividades abrangem importante setor de atuação governamental, destacando-se os mistérios ligados ao desenvolvimento da cana-de-açúcar, avicultura, citricultura, olericultura, bananeira, arroz, mandioca, pecuária leiteira, pecuária de corte e suinocultura.

Incluem-se, ainda, no plano de ação dessa notável empresa, a promoção dos produtores de baixa renda, com atividades que visam, além do incremento da renda dos pequenos agricultores, a melhoria do padrão de vida destes e de seus familiares e dependentes. Essa atividade específica estender-se-á, inicialmente, aos 12 Municípios que compõem a região norte fluminense, nos quais se evidenciam carências de toda a espécie, superiores em número e extensão às verificadas em outras áreas do Estado, também necessitadas do apoio governamental.

Atentos às modernas técnicas de planejamento, o Sr. Secretário de Agricultura do Estado, Dr. Rezende Perez, e o Sr. Presidente da EMATER—RIO, Dr. Walmick Mendes Bezerra, destacados homens públicos de nossa terra, dotaram a novel empresa com um Plano de Trabalho racionalmente elaborado dentro das realidades da agricultura e da economia do nosso Estado, sem deixar de atentar para o aspecto social bastante sério, que o problema em seu todo envolve.

No campo do desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar está previsto um crescimento da ordem de 30%, no período de duas safras, e em relação a esse produto estão compreendidos os seguintes projetos:

- Programa Especial para o Desenvolvimento do Norte Fluminense, objetivando o desenvolvimento da agroindústria canavieira.
- Programa de Crédito Rural Educativo, mediante convênios com a COOPERCREDI.
- Programa de Pesquisa da PLANALSUCAR, da EMBRAPA e da PESAGRO (empresa Estatal);
- Programa de Treinamento da Mão-de-obra do Ministério do Trabalho.
- Programa de recuperação de áreas agricultáveis, do DNOS e IAA.

O objetivo da EMATER—RIO nesse programa é elevar a produção dos fornecedores em 40% até 1979 e aumentar a produtividade em 20%, em igual período.

Impossível se torna, neste rápido pronunciamento, abordar todos os objetivos visados num Plano de Trabalho tão gigantesco quanto minucioso. Destacamos alguns dados relativos à agroindústria ca-

navieira, já que o produto ocupa o primeiro lugar em importância econômica, todavia, jamais seria possível ignorar o papel preponderante, na economia do Estado, da avicultura, da citricultura, da olericultura, da agroindústria da banana, da orizicultura, da mandioca, da pecuária de leite, de corte e da suinocultura.

O Plano de Trabalho da EMATER—RIO visa, em seu conjunto, a aplicação de uma tecnologia atualizada, envolvendo preparo de solo, uso de mudas selecionadas, emprego correto de fertilizantes e corretivos, espaçamento racional no plantio, tratos culturais, irrigação, quando economicamente viável, emprego de modernas técnicas de colheita, melhoramento de pastagens, formação de campineiras, produção de silagem, mineralização, introdução de reprodutores, vacinação, adequação das instalações e equipamentos dos avicultores, treinamento de capacitação de mão-de-obra, combate a doenças e pragas e muitas outras medidas a serem aplicadas nos mais diversos campos abrangidos pelo Programa, todas objetivando a racionalização da produção em seu sentido mais amplo.

É de ressaltar-se que a programação relativa a cada projeto tem claramente delineados os seus objetivos, a tecnologia a ser recomendada, as metas fixadas, a estratégia para transferência de tecnologia e a força de trabalho e áreas de atuação das atividades específicas.

No campo das metas, são dignos de especial relevo os seguintes pontos:

1. Projeto Cana-de-açúcar:
 - atendimento direto a 4.960 produtores;
 - atendimento pelo Programa de Crédito Rural e Educativo, de 3.200 produtores.
2. Projeto Pecuária Leiteira:
 - atendimento a 8.500 produtores;
 - atendimento, pelo Programa de Crédito Rural Educativo, de 4.000 produtores.
3. Projeto Avicultura:
 - atendimento direto a 400 avicultores;
 - atendimento, pelo Programa de Crédito Rural e Educativo, de 150 avicultores.
4. Projeto Citricultura:
 - atendimento direto a 2.100 produtores e a mais 1.200 pelo Crédito Rural e Educativo.
5. Projeto Olericultura:
 - atendimento de 3.000 agricultores e de 1.500 produtores, pelo Crédito Rural e Educativo.

Desnecessárias se tornam quaisquer outras considerações ou destaques para demonstrar o relevante papel que a EMATER — RIO desempenha no campo da agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

E melhor do que as palavras, o Plano de Trabalho traçado por seu Presidente, Walmick Mendes Bezerra, demonstra sua capacidade e intenso labor dedicados à causa pública. E esse prestigioso órgão da Secretaria da Agricultura retrata, de maneira sucinta, o que de grandioso vem igualmente fazendo seu ilustre titular, Dr. Rezende Perez.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eminentes Congressistas, mais uma vez volto a concitar o Governo Federal, no sentido de que ajude, urgentemente, as vítimas das enchentes no Estado do Amazonas e na Amazônia brasileira. Segundo telefonemas, hoje recebidos, a enchente continua e é possível que, até sábado, supere a maior enchente do século. Isso acarreta a Manaus e às cidades do interior não só confusão, mas, também, prejuízos de toda ordem, inclusive, de preciosas vidas. Gostaria, então, que o Senhor Presidente da República, através de todos os órgãos do Executivo, tomassem "o pio à mão", adotando medidas imediatas, semelhantes às que foram tomadas quando ocorreu semelhante catástrofe em Pernambuco.

O segundo assunto que desejo abordar diz respeito a declarações do eminente Superintendente da SUDHEVEA,

Dr. Stésio Henry Guitton, prestadas perante a Comissão da Amazônia, de que o preço da borracha não seria, de maneira alguma, aumentado agora, mas só muito mais tarde. Baseados em suas palavras, os seringalistas venderam a borracha estocada. O aumento de preço veio logo: os seringalistas tiveram prejuízos tremendos, enquanto os intermediários grandes lucros. Deixamos, pois, registrado nosso desagrado quanto à atitude do Dr. Stésio Henry Guitton, prestando informações, na Comissão da Amazônia, inteiramente infundadas.

Em terceiro lugar, desejo fazer um pedido à Comissão de Educação e Cultura desta Casa, para que estude um meio de evitar a instituição de tantos dias comemorativos no País. Caso contrário, não haverá mais dias úteis em nosso calendário de 365 dias e seis horas. A Comissão de Educação e Cultura, ao estudar o assunto precisa estar alerta. Espero que o Plenário aprove seus estudos, no sentido de que só se escolham dias especiais quando realmente o sejam, e em número reduzido.

Era o que tinha a dizer, agradecendo a atenção da eminente Mesa e de meus nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, transcorre hoje o aniversário da emancipação política do Município de Formosa do Oeste, no Paraná.

Formosa já está entre os maiores Municípios do Estado do Paraná. Jamais se deve negar sua importância. Por isso, pedimos ao Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, que dê maior apoio às autoridades municipais, no sentido de melhorar a condição de vida de seu povo, proporcionando-lhe mais trabalho e bem-estar social. Sem perder as energias, aquela população confia no futuro com muito otimismo e, graças à sua operosidade, Formosa do Oeste vem-se destacando pela sua produção agrícola e pela sua pecuária, setores que muito têm colaborado para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Quando, no dia 10 de junho, o Município de Formosa, vir transcorrer o 15º aniversário de sua emancipação político-administrativa, envio, desta tribuna, minhas felicitações ao povo daquele Município, bem como ao Sr. Prefeito, Victor João Tissiani, em cuja gestão Formosa vem apresentando um desenvolvimento dos mais sólidos, dando, assim, um impulso de grande progresso àquela Região Paranaense.

Parabenizo-me, mais uma vez, com o povo de Formosa do Oeste que, com seu trabalho leal e honesto, de uma ou outra forma tem dado uma grande parcela de apoio ao desenvolvimento daquele Município.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gomes da Silva.

O SR. GOMES DA SILVA (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, durante a última sessão legislativa, foi nossa preocupação lutar, nesta Casa, pela construção de uma das estradas que reputamos das mais importantes para nosso Estado.

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, da construção da BR-020, ligando Fortaleza a Brasília através dos Estados de Goiás, Bahia e Piauí.

A construção desta rodovia, Sr. Presidente, desde a construção de Brasília, em 1960, vem-se arrastando em passos de tartaruga, época em que a mesma foi aberta pelo DNOCS e desbravada por intrépidos motoristas que, apesar dos percalços naturais da estrada, faziam a ligação entre a Capital de meu Estado e a do País.

No entanto, as obras paralisaram e a erosão no trecho do Espigão Mestre, entre a Bahia e Goiás, foi destruído, cessando, assim, o

tráfego já efêmero da rodovia, isto porque, no Governo Castello Branco, o projeto de construção foi retirado do plano de prioridade.

Recentemente, no entanto, as esperanças recrudesceram, quando se soube que trechos da obra haviam sido entregues a um Batalhão de Engenharia do Exército.

Mas, logo em seguida, se teve notícias de que as obras estavam na iminência de serem paralisadas em virtude de falta de verbas no Ministério dos Transportes, voltando, assim, as preocupações das bancadas nordestinas que têm assento nesta Casa do Povo.

De logo procurei fazer diversos apelos ao Sr. Ministro dos Transportes Dirceu Nogueira, pedindo àquele homem público que não permitisse que isto acontecesse em virtude da importância fundamental da rodovia para os Estados nordestinos.

Agora, Sr. Presidente, para gáudio meu e de todos que lutam por um Nordeste melhor, venho a esta tribuna comunicar aos Srs. Parlamentares a resposta que me foi dada pelo órgão do Ministério dos Transportes responsável pela construção de estradas em nosso País, o DNER, que, em ofício a mim dirigido pelo Assessor Parlamentar daquele Ministério, informa o andamento das obras na BR-020, que passo a relatar.

O cronograma de execução de rodovia, previsto para o período 1976-79, está na seguinte posição:

Trecho Formosa—Posses, na divisa de Goiás—Bahia, serviços de terraplenagem e pavimentação programados até 1979.

Quanto ao trecho Picos—Canindé, estão programados para os anos de 1976-1978 a sua terraplenagem e pavimentação.

E finalmente, o trecho Canindé—Fortaleza está com sua terraplenagem concluída e a pavimentação está prevista para o fim do corrente exercício.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que o trecho Brasília—Formosa, já pavimentado, tem projeto de restauração em fase de licitação.

Assim, neste pronunciamento, estou fazendo a justiça devida e o esclarecimento necessário com relação ao que existe de fato com a rodovia BR-020.

Era o que tínhamos a registrar.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 55, de 1976-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei nº 1.465, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1976, que altera os arts. 101 e 102, inciso II, da Constituição Federal, dependendo de Parecer da Comissão Mista.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Angelino Rosa, Relator designado, para proferir o parecer pelo órgão técnico.

O SR. ANGELINO ROSA (ARENA — SC. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no intuito de propiciar ao funcionário público federal a aposentadoria voluntária proporcional ao tempo de serviço, aos trinta anos de atividade, para o homem, e aos vinte e cinco, para a mulher, o ilustre Deputado Santos Filho propõe a alteração dos artigos 101 e 102, item II, da Constituição Federal.

Com a devida vênia, parece-nos que os itens III e IV do artigo 101 da proposta aparentam repetição parcial de conteúdo, embora usando expressões sinônimas. E poderiam significar o *bis in eadem*, não fora a subsequente alteração, igualmente proposta, do item II do artigo 102, onde se fala na aposentadoria proporcional.

Também um primeiro exame desta segunda alteração, ao usar-se a expressão "quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos", sem aduzir se "de exercício" ou de "idade", poderia apontar a Proposta como desobediente à técnica legislativa, levando o exegeta àquela indagação.

A esta altura, passado o prazo de submissão, impossível contentar-se o purismo técnico mais exigente, seja pela supressão do item III, com ampliação do item IV, do art. 101, ou ainda, por nova redação, mais abrangente, do item II do art. 102.

Feitos, *data venia*, tais reparos formais, passemos ao próprio mérito da Proposta de Emenda à Constituição nº 06, de 1976.

Alega a justificação a existência de uma dicotomia prejudicial ao funcionalismo estatutário, quando os servidores contratados pelo regime da CLT gozam daquela aposentadoria voluntária aos trinta anos, negada, entretanto, pelo texto constitucional, aos primeiros.

Mas a aparente dubiedade do sistema, correspondendo, até hoje, às conveniências da Administração, resulta numa opção ao candidato, quanto às vantagens dos dois ingressos: num, a garantia da estabilidade, após o estágio probatório; noutro, o FGTS e a aposentadoria voluntária mais precoce, sem aquela vantagem. E, na prática, aumenta a contratação de aposentados estatutários, pelo regime da CLT, demonstrado que nem sempre o mais jovem é o mais capaz.

Sustenta, ademais, a justificação:

A rigor não há nenhum interesse da Administração em manter o atual sistema discricionário."

Entretanto uma proposição do Executivo, recentemente transformada em lei, permitindo a contagem recíproca do tempo de ser-

viço, CLT e estatutário, demonstra que a Administração está interessada em modificar a sistemática, mas a longo prazo. Tanto assim que decorre de Mensagem Presidencial o Projeto de Lei Complementar nº 5, de 1976, que "permite a aposentadoria voluntária, nas condições que especifica, aos funcionários incluídos em Quadros Suplementares os postos em disponibilidade".

Fácil depreender que a Administração Federal se encaminha para um tratamento análogo das duas situações, mas, ao que parece, ainda precisa de conservar na atividade alguns milhares de servidores, em cujo aperfeiçoamento investiu apreciáveis recursos e, com o desempenho, mais do que satisfatório, condiciona sua permanência em atividade por alguns anos.

Em suma, parece-nos propósito do Executivo manter as linhas mestras atuais do sistema, com as exceções, a serem propostas por necessárias ao seu melhor funcionamento.

Portanto, apesar dos louváveis intuitos da proposição, defensáveis à luz do princípio geral da isonomia, somos, em vista dos reparos de ordem técnica e dos objetivos, já duas vezes demonstrados, pela Administração Federal, pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 06, de 1976.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O parecer conclui pela rejeição da proposta.

Completada a instrução da matéria, deveria passar-se à discussão. Por absoluta falta de *quorum* no plenário, convocarei outra sessão para discussão e votação.

Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 114ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE JUNHO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicílio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EOS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Rui Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marclio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanuel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leonidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa

Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinalva Boaventura — MDB; Tancredo Neves — MDB; Tarcisio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturilli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Helio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleversson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti —

ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osavaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 350 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTONIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O meu pronunciamento se relaciona com o Centenário do Município de Estrela, terra onde nasceu o General Ernesto Geisel e o novo Cardeal do Brasil D. Aloisio Lorscheider, e hoje, podemos dizer também a terra que deu a Miss Rio Grande do Sul para concorrer ao posto de Miss Universo.

Chegou hoje às minhas mãos dois exemplares do jornal *Nova Geração*, do Município de Estrela. O primeiro, uma edição especial, de luxo, relatando o que foi o grande acontecimento comemorativo ao centenário do município. Nada escapou à direção e ao corpo redatorial do prestigioso órgão: origem do município, seus pioneiros, sua vida e sua luta, suas realizações e suas tremendas dificuldades, seu progresso e suas administrações, seus fatos políticos e sociais, seu sólido e desenvolvido comércio, seu potencial de indústria, sua vida social e sua fé religiosa, seu próspero e desenvolvido crescimento em todos os setores de atividade.

Fazendo justiça, o jornal destaca o nome de todos os administradores do município, colocando em relevo o atual Prefeito, Sr. Gabriel Aloisio Mallmann, que vem sendo a revelação dos prefeitos gaúchos.

Outro aspecto destacado, com muita justiça, é a invejável capacidade realizadora dos estrelenses, evidenciando, ainda, o Município

de Estrela como o mais alfabetizado do Brasil. Agricultura e suinocultura, indústria de laticínios e frigorífico, cervejaria e outras unidades do parque industrial também são colocadas em destaque, isto sem falar nas faculdades e outros estabelecimentos de ensino de renome. O município possui ainda conceituado jornal e prestigiosa emissora.

Mas o prestígio e a prosperidade de Estrela não param aqui. O combativo e brilhante jornal *Nova Geração*, depois de elogiar os aguerridos clubes de futebol e outras entidades esportivas, registra as cinquenta mais importantes empresas do município, que são as seguintes:

Cervejaria Polar S.A.
Coop. R. A. Languiru Ltda.
R. Affonso Augustin S. A.
Calçados Augustin Reichert S. A.
Metalúrgica Hassmann S. A.
Costa S. A.
Motolândia Estrela S. A.
Kilpp S. A. — Veículos
Lajestre Ind. Têxtil S. A.
Vier S. A. — Calçados
Alfredo M. Arenhar Te Cia Ltda
Calçados Schaffer S. A.
Comercial Gaúcha de Veículos Ltda.
Rodisa Veículos Ltda.
Spohr, Scheider S. A.
Importadora Alto Taquari Ltda.
Comércio de Alimentos Estrela Ltda.
Corema Com. Repres. Maq. Ltda.
Ind. de Alimentos Lautert Ltda.
Wirz e Cia Ltda.
Fundição Estrelense S. A.
Andres e Cia.
Coop. Agric. M. União Ltda.
Ind. de Calçados Corvense Ltda.
Coop. Eletr. Rural Teutônia Ltda.
Assoc. Beneficente Ouro Branco
Ervino Stoll e Cia Ltda.
IMEC. Imp. e Exp. de Cereais S. A.
Mecânica Guarani Ltda.
Auto Serviços Lautert Ltda.
A. Schwertner e Cia Ltda.
Escoma S.A. — Ind. Mov. Esq.
Tecelagem Tabatex Ltda.
Hugo Scheer
Supermercados Puma Ltda.
Confecções Estrela
Willy Gellner e Cia Ltda.
Erno Feine — Lojas Seli
Francisco Xavier e Cia. Ltda.
Ottmar S. Barbosa
Cerâmica Estrela Ltda.
Dennebrock e Herrmann
Bazar Bucker Ltda.
Rudi Wallauer e Cia Ltda.
Soc. Auto Estrela Ltda.
Oscar Willy Schwambach
Irmãos Dresch Ltda.
Flávio A. Hauschild
Móveis Gaus mann Ltda.
Arno Müller e Cia Ltda.

Mas Estrela é efetivamente uma estrela de primeira grandeza. No mesmo ano que comemora seu centenário de fundação, eis que os gaúchos elegem a mais bela moça do Rio Grande do Sul a srta. Ane Elizabeth Horts, funcionária do serviço de relações públicas da

Prefeitura Municipal. Trata-se, efetivamente, de uma jovem altamente prendada, de uma moça de rara beleza, de uma criatura que está à altura de substituir Iolanda Pereira, Ieda Vargas e outras misses. Além disso, a candidata gaúcha é filha do município do General Geisel e do Cardeal Dom Aloisio Lorscheider.

Como representante de Estrela, faço este registro com imensa satisfação e orgulho, esperançoso de que Deus, na sua infinita bondade, continue abençoando este município e seu povo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na semana passada, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados oficiou ao Conselho Monetário Nacional e ao Ministro da Indústria e do Comércio transmitindo solicitação de que fossem estendidos, para a Amazônia, recursos para o plantio de café.

Cada dia mais se torna necessário o plantio de café na Amazônia. Este ano não vamos colher sete milhões de sacas de café e, para uma produção satisfatória teríamos que colher trinta milhões por ano. Como o café está cada vez mais raro, o Brasil precisa das cambiais de café e, como segundo produtor do mundo, deve manter produção, que poderá chegar, daqui a uns 30 anos, a uma necessidade de até 20 milhões de sacas para o consumo interno e 30 milhões de sacas para exportação.

Necessário portanto se torna viabilizar plantios de café na Amazônia. Por isso mesmo, falando no Congresso Nacional, peço que aqueles Deputados e Senadores da Amazônia também apoiem a Comissão de Agricultura e Política Rural que, em boa hora, se dirigiu às nossas autoridades monetárias para que estendam os financiamentos de cafezais na Amazônia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nasser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os sucessivos encontros mantidos pelo eminente Presidente da República com os Ministros da área econômica, objetivando conjurar a crise dos preços que abrange, principalmente, artigos essenciais à subsistência humana, vêm produzindo consideráveis efeitos. Pois, na verdade, o tom severo com que o Chefe de Estado conduziu o problema já demonstrara um irredutível propósito de combater os especuladores, recorrendo, se necessário, às sanções legais, contanto sejam atendidas às recomendações das altas esferas da República.

Não é possível que os gananciosos se valham de uma circunstância já reconhecidamente difícil para a perpetração de desatinos, numa alucinada busca da fortuna, com o sacrifício de uma numerosa categoria de famílias de modesta renda.

A ARENA, como instrumento de doutrina da Revolução, prega o bem-estar social, e entende que o regime político instalado em 1964 surgiu de dentro do coração do povo brasileiro, como real manifestação de massa, contra os delírios e os desmandos governamentais da ordem deposta.

Inegavelmente, os ciclos administrativos — iniciados com a gestão do saudoso Presidente Castello Branco — revelam interesse pela consolidação da paz social.

Sem dúvida, as flutuações da economia internacional teriam de exercer uma hostil influência sobre o âmbito doméstico brasileiro, fator que levou as nossas autoridades a reagir, com energia e ponderação, evitando a estiolação dos padrões aquisitivos do povo, numa firme resistência às pressões da crise externa.

A ninguém interessa tanto a plena estabilidade coletiva, senão ao Presidente Ernesto Geisel, como chefe supremo da Revolução.

Perdem altitude os propósitos especulativos de inescrupulosos intermediários. E estou convicto de que as determinações presiden-

ciais, colocadas em termos incisivos, já começam a gerar bons efeitos. Porque, sobretudo, o General Ernesto Geisel é um patriota e um amigo do povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dias Menezes.

O SR. DIAS MENEZES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Passo pela tribuna do Congresso Nacional para, pesadamente, registrar o falecimento do Dr. João Adhemar de Almeida Prado, uma das figuras mais significativas dos tradicionais troncos paulistas.

Era um empreendedor de escol, honrando as melhores estirpes da vetusta cidade de Jaú. Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, foi, entretanto, nos negócios empresariais que, de fato, despontou sua vocação, transformando-se em banqueiro, lavrador, homem de empresa.

O Banco de São Paulo, que foi um dos mais sólidos estabelecimentos de créditos no País, consolidou-se na Presidência de João Adhemar de Almeida Prado.

Possuído do mais límpido espírito público, entendeu de seu dever dedicar-se igualmente à coisa pública, destacando-se, então, como um verdadeiro democrata, participando ativamente das várias campanhas eleitorais de São Paulo, visando sempre colocar-se ao lado dos que mais pudessem corresponder aos anseios públicos.

Foi igualmente um criador emérito, dedicando-se especialmente ao aprimoramento de cavalos de corrida, projetando-se o Haras Jaú e Rio das Pedras como um dos sustentadores da criação do puro-sangue de corridas, tendo nesse empreendimento a colaboração extraordinária do seu saudoso irmão Nelson de Almeida Prado, trágicamente desaparecido em acidente de aviação.

Tão apaixonadamente se dedicou ao turfe, mui justamente foi guindado à Presidência do Jockey Club de São Paulo, reeleito por várias vezes.

Encontrando a tradicional sociedade em situação difícil, conseguiu soerguê-la, para atingir hoje a sua posição de maior entidade turfística do Brasil. Deixa seu nome ligado a diversas obras de benevolência, entre elas a Santa Casa de Misericórdia, da qual era Mesário. Admirador da cultura, doou as terras onde foi instalada a Universidade de Campinas. Pertencia também ao Conselho Curador da Fundação Anchieta. Entre as condecorações que recebeu, destacam-se as de Comendador da Ordem da Coroa da Bélgica; de Comendador da Ordem do Mérito de Luxemburgo; medalha Pacificador do Exército Brasileiro, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha Tamandaré da Marinha Brasileira e Cruz de Oficial da Ordem de Malta. O Dr. João Adhemar de Almeida Prado era filho do Dr. Vicente de Paula Almeida Prado e de D. Francisca de Paula Almeida Prado, falecidos. Casado com D. Esther de Almeida Prado, era irmão dos falecidos Sr. Francisco Claudio de Almeida Prado, que foi casado com D. Lúcia Penteado de Almeida Prado, falecida; de D. Carolina Flora de Almeida Prado, que foi casada com o Dr. Luiz Nazareno Teixeira de Assumpção; do Sr. Clibas de Almeida Prado, que foi casado com D. Maria Isabel Piza de Almeida Prado, e do Sr. Nelson de Almeida Prado, que foi casado com D. Guanahira Pereira de Almeida Prado. Era cunhado do Sr. Mário Caputo, casado com D. Margarida Castejon Caputo. Deixa também sobrinhos e sobrinhos-netos.

Sr. Presidente, solicito que a Casa faça chegar à digna família do Dr. João Adhemar de Barros Prado o nosso voto de sentido pesar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pacheco Chaves.

O SR. PACHECO CHAVES (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Faleceu ontem e foi sepultado hoje, em São Paulo, o Dr. João Adhemar de Almeida Prado. O extinto, comerciante, banqueiro,

agricultor, criador importante de cavalos puro-sangue, era Presidente do Jockey Club de São Paulo há treze anos. Filho de um eminente paulista, Vicente de Almeida Prado, diretor e, ele também, Presidente do Banco de São Paulo S/A., marcou com sua presença atuante a economia paulista, especialmente no setor cafeeiro, onde desempenhou, durante longo período, papel preponderante e impôs sua liderança como comerciante de alto tirocinio, habilidade e honestidade. Agricultor e pecuarista importante, exerceu papel fundamental na abertura e consolidação da Região Noroeste do Estado de São Paulo, onde foram feitas, em suas propriedades, experiências fundamentais para a sanidade do gado bovino regional. Hoje, afastado da atividade econômica propriamente dita, exercia a Presidência do Jockey Club de São Paulo, entidade que recolocou em seu lugar de prestígio, restabelecendo-lhe as finanças e dando-lhe invulgar importância.

Amparou a criação do cavalo nacional e emprestou à direção do Jockey sua capacidade empresarial e sua excepcional fidalguia.

Benemérita, também, sua presença junto às sociedades filantrópicas, especialmente à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

No campo cultural, sua inestimável colaboração se fez sentir ao doar o terreno destinado à Universidade de Campinas e onde esta se encontra atualmente.

Sua morte deixa um vácuo na sociedade paulista, mas fica o seu exemplo. Aqueles que, como eu, aprenderam a estimar e respeitar o Dr. João Adhemar de Almeida Prado, não poderiam deixar passar a oportunidade de manifestar o seu profundo pesar pelo passamento do eminente paulista e deixar consignado no Congresso Nacional sua solidariedade à família e a todos aqueles que conosco lamentam o infausto acontecimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nunes Rocha.

O SR. NUNES ROCHA (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Cuiabá, a Capital de nosso Estado de Mato Grosso, continua isolada do País e do mundo, sem dispor do Sistema de Discagem Direta à Distância — o chamado DDD.

Lamentamos que o dinâmico Ministério das Comunicações não tenha ainda provido a grande Capital do Centro-Oeste brasileiro de indispensável e avançado processo de telefonia.

De acordo com os dados publicados pela TELEBRÁS, no Catálogo Telefônico do Distrito Federal, relativos a 1975/1976, mais de cento e quarenta e cinco localidades brasileiras já estão ligadas à rede nacional do sistema DDD.

Sabemos que toda comparação é odiosa, mas há de se convir que inúmeras localidades de relevância menor já receberam essa indispensável melhoria, enquanto Cuiabá, nossa importante e estratégica capital, ainda está à espera desse bafejo de progresso.

Ponto de convergência e de partida de importantes rodovias, entre as quais se destacam as BR-163, 364, 070, 251, 242, principal acesso e porta do Sul para a Amazônia, para o Sudoeste do Pará, para Rondônia e até para a Bolívia, tornou-se Cuiabá valioso centro econômico do Oeste Brasileiro. É a "meca" de encontro dos homens de negócio do Sul e do Centro do País que demandam ao "Eldorado" amazonense.

Destacado centro universitário do Estado e o maior núcleo populacional da região já conta com esse melhoramento tão identificado com as necessidades e os anseios de nossa gente.

Pela sua importância no contexto do desenvolvimento nacional, a cidade de Cuiabá não pode ficar esquecida dos planos de ação do Ministério das Comunicações.

Queremos, nesta oportunidade, formular um veemente apelo ao eminente Ministro Quandt de Oliveira, que tão sabiamente vem conduzindo a integração nacional, através das comunicações, para que mande ultimar as providências necessárias ao engajamento de Cuiabá no sistema de Discagem Direta à Distância, encurtando

assim, no tempo e no espaço, a distância que separa nossa capital dos grandes centros desenvolvidos do País e do mundo.

É o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gomes da Silva.

O SR. GOMES DA SILVA (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desejamos salientar, em nosso pronunciamento de hoje, dois trabalhos publicados no jornal **O Povo**, do Estado do Ceará, que dizem respeito, respectivamente, ao artigo intitulado "O Finor e a Modernização Administrativa", de autoria do economista do Banco do Nordeste, Paulo de Tarso de Moraes, e ao discurso do Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, na abertura do II Encontro Regional de Prefeitos do Estado:

O FINOR E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

(Paulo de Tarso Moraes)

O sistema de incentivos, conhecido como os Artigos 34 e 18, teve, em fins de 1974, grande e substancial alteração, com a instituição, através do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, do Fundo de Investimentos do Nordeste — (FINOR).

O sistema 34 e 18, em que pese sua grande eficiência e seu indiscutível êxito, vinha apresentando, a partir da década de 70, algumas distorções com reflexos negativos para a normal implantação dos projetos e mesmo para o futuro funcionamento das empresas.

A grande dificuldade de captação de recursos e o seu altíssimo custo geravam sucessivos atrasos nos cronogramas de investimentos, ocasionando graves problemas econômico-financeiros, para muitos dos novos empreendimentos.

A complexa sistemática da obtenção de recursos provocou ou deu ensejo ao surgimento de verdadeiro **leilão**, com a ocorrência de práticas irregulares de intermediação, com prejuízos para todos os integrantes do sistema.

Justamente para corrigir estas distorções e assegurar a entrada de recursos para projetos dentro dos cronogramas, e a baixo custo, foi que o Governo Federal instituiu, em fins de 1974, o FINOR.

A instituição do FINOR, que manteve os princípios básicos do sistema 34 e 18, trouxe as seguintes vantagens:

1 — assegura o equilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos;

2 — permite ao governo injetar recursos adicionais no sistema, através da subscrição de quotas do Fundo, quotas estas não possíveis de serem convertidas em ações;

3 — elimina as dificuldades e os altos custos de captação de incentivos, assegurando a entrada de recursos nas empresas de conformidade com os cronogramas;

4 — mantém a integral liberdade de escolha do setor privado, quanto às regiões, setores e projetos.

1975 foi um ano muito difícil, porquanto, além das aplicações de recursos dentro da sistemática anterior, a SUDENE tinha que, juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil, o Ministério do Interior, do Planejamento e da Fazenda, estudar, discutir e pôr em execução as principais medidas, visando o início do funcionamento do FINOR. E todas estas tarefas, precisam ser implantadas sem parar o sistema, como na realidade ocorreu.

Aspecto muitas vezes esquecido é o de que, simultaneamente a estes trabalhos, todos os projetos já aprovados precisaram, para atender dispositivo regulamentar e as exigências do FINOR, comprovar o cumprimento das normas estabelecidas para execução dos empreendimentos.

A SUDENE, contando com o inestimável apoio do Banco do Nordeste, do Ministério do Interior, da Fazenda e do Planejamento, pôde, assim, cumprir o orçamento aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, para o exercício de 1975, autorizando aplicação de recursos no valor aproximado de 3,1 bilhões.

As centenas de empresas, que já obtiveram liberação de recursos através do FINOR, estão comprovando a validade e a importância no novo sistema que precisa, no entanto, continuar sendo aperfeiçoado e complementado, para atender a todos os objetivos que inspiraram a sua criação.

Em fins de 1975, também com o objetivo de facilitar a administração e a supervisão das atividades relacionadas com o FINOR e melhor atender aos pleitos da iniciativa privada, a SUDENE estruturou um único Departamento com estas atribuições, ficando as tarefas relacionadas com estudos, planejamentos, pequena e média empresa, artesanato, comércio e turismo, com outros Departamentos.

O sistema FINOR adotou, como ponto básico para o seu bom e contínuo funcionamento, a melhoria dos trabalhos de análise, avaliação e acompanhamento de todos os projetos.

A consecução destes objetivos interessa ao Governo Federal mas principalmente, ao setor privado, uma vez que vai possibilitar aos empresários um melhor conhecimento do seu negócio, provocado por uma eficiente administração, que deve se fundamentar na utilização de modernas técnicas administrativas.

Os novos manuais e roteiros, que a SUDENE está distribuindo e expondo em reunião com empresários, técnicos e consultores de empresas vão facilitar a utilização das modernas técnicas administrativas, tanto na avaliação de projetos, que incluirá análise de sensibilidade e taxas internas de retorno, quer nas tarefas de acompanhamento a se basear em Relatórios contábeis-financeiros trimestrais.

O aspecto de maior relevância destes novos procedimentos e roteiros é que eles são elaborados para atender, principalmente, no interesse da empresa, que deles não podem prescindir, e por outro lado, serviria à SUDENE e a quaisquer outros organismos e instituições, que necessitem conhecer a efetiva situação dos empreendimentos.

Com esta medida a SUDENE racionaliza o sistema de acompanhamento dos projetos, dinamizando o processo de liberação de recursos, e eliminando assim a elaboração de laudos de fiscalização; muitas vezes desnecessários para a gerência empresarial e a exigência de prévia fiscalização *in loco* para cada liberação como ocorria até hoje com altíssimos custos e excessiva demora.

Estas modificações, sem dúvida, irão também assegurar à SUDENE, como administradora, e ao BNB, como operador do FINOR, uma melhor avaliação dos projetos e de seus desempenhos, principalmente no que diz respeito a resultados operacionais, cotação das ações, etc., todos do maior interesse para o investidor, que espera resultados positivos da aplicação de seus recursos.

Os novos documentos e roteiros para carta-consulta, projeto e acompanhamento das empresas constituem o resultado de trabalhos, realizados em profundidade e durante vários meses, com a utilização da vasta experiência da equipe técnica da SUDENE, assessorada por consultores de alto nível, constituindo-se, portanto, na melhor e mais adequada opção para tender variada gama de situações a serem abrangidas no menor intervalo de tempo possível.

Estes procedimentos, cujos resultados positivos, tanto para as empresas como para a SUDENE, surgirão ainda este ano com reflexos positivos para o Nordeste como um todo poderão ser aperfeiçoados com o fruto da experiência de sua

efetiva implantação e das contribuições do próprio setor privado.

É óbvio que como toda mudança haverá de ensejar apreensões, dúvidas e mesmo fortes críticas.

O tempo, no entanto demonstrará que as modificações de hoje ensejarão em futuro bem próximo o que todos objetivam: a implantação de empresas capazes de se auto-sustentarem após receberem incentivos na sua fase inicial, propiciando aos seus investidores a indispensável segurança, liquidez e lucratividade de suas aplicações.

Na abertura do II Encontro Regional, o Dr. Luciano Torres de Melo, Presidente do Conselho de Contas dos Municípios, pronunciou o seguinte discurso:

Apresenta-se o Conselho de Contas dos Municípios à comunidade desta região com propósitos, intenções, objetivos e definições específicos. A parte visível de todo ordenamento é o II Encontro Regional de Prefeitos, Vereadores e Servidores Municipais.

Tendo Sobral como sede, as Prefeituras desta região poderão, em seus diferentes níveis e graus de preocupações, estabelecer um contato e manter um entendimento mais resistente em que as dúvidas tenderão a ser dissipadas, as dificuldades buscarão ser superadas e conflitos se manterem sob controle.

Sabe o Conselho de Contas dos Municípios a natural implicação de um Encontro como este. Há uma afiliva configuração da parte de nossas municipalidades quanto aos processamentos fiscalizadores de contas. Tal decorre das deficiências dos quadros técnicos para suporte dessa ação e das dificuldades e problemas de ordem conjuntural quanto a realização eficaz da ação do Poder Público. O Conselho pode dizer, portanto, que conhece e participa dessa realidade, e que é sensível aos problemas e as dificuldades dela decorrentes.

Daí que a função fiscalizadora procura se completar e se exercer numa outra dimensão. É a função de orientação e de assessoramento, que, encontros como estes, prometem e devem agilizar e realizar para o bem de nossas populações e para o desenvolvimento da coisa pública municipal.

O objetivo — quase que diria — a filosofia do Encontro é precisamente esta: constatada a realidade, identificadas as deficiências, analisadas suas causas, partir então para um tratamento prioritariamente de orientação, na forma e no conteúdo de uma medicina preventiva que representará, em última essência, a maior valorização do homem público municipal, o fortalecimento do Município como célula do Estado Brasileiro e a revitalização da atividade política. E do Político.

Colocada a dualidade de intenções do Governo do Estado a valorização do homem e a interiorização do desenvolvimento — o CCM tem dado respostas positivas a esse propósito, pois a realização de reuniões como esta também encontra dificuldades — volta-se, também, para a superação de problemas e para a adequação de questões. Daí porque realizado este Encontro, as idéias aqui nascidas e debatidas não devem *fenecer* nessa participação. Sua síntese e seu resultado devem ter continuidade não apenas nos gestores municipais e edis que exercitam atualmente seus mandatos, mas, também, naqueles que a partir de janeiro vão participar da co-responsabilidade de fazer o Ceará crescer e se desenvolver e, assim, oferecer melhores condições de vida às suas populações.

O Conselho, em sua missão e em sua função constitucional, no desempenho de suas tarefas, tem recebido o imprescindível apoio do Governador Adauto Bezerra e dos

seus auxiliares mais diretos vinculados aos problemas municipais, como a Secretaria para Assuntos Municipais e a Secretaria de Planejamento e Coordenação. Entendemos, todavia, Senhores Prefeitos, Senhores Vereadores, Senhores Servidores Municipais que se a administração estadual está dando a sua contrapartida, cabe aos Municípios — pelas suas representações — oferecer, também, o seu tributo à elevação cada vez maior do Poder Político, através de uma ação digna, capaz, eficiente, proba e honrada.

Está o Ceará vivendo mais um momento difícil de sua sociedade econômica. É a seca parcial, deficiências econômicas, os obstáculos do meio físico determinaram na formação de nossa gente toda a criação de uma estrutura pertinaz, capaz e forte objetivando superar esses óbices o que mais uma vez acontece. A ação dos governos Federal e Estadual, o apoio das administrações municipais volta-se de forma coordenada e emergente para conceder às nossas populações uma atenção que representa reduzir e minimizar os efeitos negativos que as consequências de estiagem prolongada determinam na vida sócio-econômica do Estado.

Essas situações aflitivas, não desejadas, não requeridas, contudo impossíveis de serem fisicamente afastadas, recebem, portanto, esse tratamento que é missão dos Governos em diferentes níveis e em diferentes graus, pois, é função do Governo servir e atender nas necessidades de suas populações.

São lições diariamente fornecidas pela realidade constatada. São lições diariamente a ser dadas quanto a soma dos esforços que devem todos os servidores e todos os serviços públicos obter na forma de servir com devotamento às nossas coletividades. O sofrido Ceará e sua população — os seus Municípios, os seus municípios, têm sabido, todavia, sobrepujar essas condições negativas e alçar-se na busca do desenvolvimento social e do crescimento econômico. O Encontro, que ora se inicia é também uma lição e um exemplo de como devem os órgãos públicos atuarem de forma ordenada e coordenada, na soma das forças, na multiplicação dos esforços tendo como meta o engrandecimento de nossas comunidades interiores.

Portanto, como conclusão de todo um raciocínio de emergência e de dificuldade, de barreiras e de obstáculos, a certeza de que a cada prova vencida mais se enriquece, mais se fortalece, mais cresce a capacidade de nosso povo de dar respostas positivas às adversidades. Os problemas devem precisamente, servir de exemplo para que todas essas dificuldades municipais tenham o mesmo sentido e a mesma dimensão: a união de esforços do povo e do Governo para construir um Ceará cada vez mais próspero e assim participamos de intenção de construir um cada vez mais engrandecido Brasil.

Quer o Conselho de Contas dos Municípios — pela sua presidência, pelos seus Conselheiros e pelos seus funcionários — agradecer a Prefeitura Municipal sobralense o ter aceito ser sede dessa reunião. Manifestar ao Senhor Prefeito de Sobral o nosso apreço pela atenção que está dispensando e a todos os Senhores Prefeitos o nosso agradecimento pelo atendimento a esta convocação cuja finalidade precípua é efetivamente realçar a participação das comunidades municipais na vida pública de nosso Estado.

Em agradecendo vossas presenças, queremos também, ao abrir este Encontro, fazer votos para que todas nós encontremos aqui o ambiente propício para estabelecer um relacionamento mais harmônico e de maior proveito para todo o nosso Estado. São votos que fazemos. São também uma certeza.

Muito obrigado, Senhores".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Celho.

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há pessoas que passam pela vida deixando marcas mais fortes de sua passagem. Que vivem a vida e vivem a paixão de viver. Que afirmam ou negam, mas não conseguem ser neutras — diante dos fatos, das coisas, dos homens. Que sabem ser gente, mesmo desagradando ou ferindo. Que constroem, mesmo destruindo o que precisa ser destruído. Que vivem intensamente e transmitem ao redor essa sensação de vida. Que ocupam o seu espaço e não o deixam vazio — mesmo quando morrem.

Pernambuco e o Brasil perderam, na semana que passou, uma dessas figuras humanas que marcaram a paisagem do seu tempo com a sua presença — amada, discutida, contraditada, incômoda para muitos, incapaz de gestos menores, autêntica na sua grandeza e vertical na postura de quem procurou ser sempre fiel à sua verdade.

Não cabe falar, nesta hora, do grande escritor que foi Hermilo Borba Filho, da obra deixada e cujo vigor parecia maior em cada novo livro, em cada nova peça, em cada novo artigo publicado. Os críticos fizeram o seu julgamento — que fora feito, antes, pelos seus leitores — e a literatura brasileira já incorporou o seu nome ao daqueles que permanecem, além das gerações.

Quero lembrar apenas o Hermilo que não sabia ficar calado e que sabia o que dizer — com a consciência de quem se sabe homem do seu tempo e de sua terra, comprometido com a vida que não lhe pertence unicamente, com a realidade que lhe cerca e que não comporta — pela sua carga de injustiça — nem o silêncio cômodo, nem a omissão utilitária, nem a passividade egoística.

Quero homenagear Hermilo Borba Filho da melhor forma que poderia fazê-lo — repetindo suas palavras:

"Eu não concilio. Eu estou em guerra. Eu corro, conscientemente, aquele risco de que fala a ensaísta argentina Marta Traba: "A relação inevitável e frutífera do artista com a política converte-se numa aliança compulsiva, que tanto elimina a liberdade de análise quanto a liberdade de crítica, sem as quais a criatividade passa a ser um ato de serviço que não traz sua contribuição imaginativa e transformadora". Isso é a marca do tempo para todo artista consciente e eu não tenho por que fugir dela. Por mais que queira, não consigo alienar-me. Pertencço a uma cultura de resistência e, justamente porque a liberdade e a dignidade do homem estão em crise, é que utilizo a única arma que tenho — minha ficção — para combater a intolerância sob qualquer aspecto em que se apresente". (Veja, 9 de junho, 1976).

Quero homenagear Hermilo Borba Filho repetindo a sua lição, em artigo escrito no ano passado para **Movimento**, que não pôde ser publicado:

"Isto é que é importante: não ter medo da censura. Deixar que ela se afogue nas já então centenas e depois milhares de peças. Não deixar de se escrever o que pensa. Mostrar ao mundo que se está sufocando, eliminando, matando a nossa cultura. De minha parte cabe apenas um aviso: o Teatro Popular do Nordeste vai voltar a atuar. Recomeçará com uma peça inofensiva (do ponto de vista da censura): "A Caseira e a Catarina". Não de propósito, mas porque acreditou o TPN dever voltar com um divertimento de boa qualidade. Mas à primeira peça interdita do seu repertório porque debate problemas que são nossos, problemas que todos conhecem, existentes, voltará a fechar suas portas e denunciará o fato à Nação. É melhor permanecer calado por imposição do que falando coisas bobas quando o povo sofre e a cultura agoniza"

Ele soube ocupar o seu espaço. Soube ser homem do seu tempo. Soube ser cristão. Soube ser fiel à sua terra e à sua gente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ninguém mais discute a situação alta e dignificante da profissão de jornalista. O jornalista é, em certo sentido, o representante de uma alta cátedra. Ser jornalista é estar preparado não só para escrever, mas para dirigir, divergir, educar. E, se porventura, quisermos ir mais longe, ele é uma espécie de professor. O jornalista tem que ocupar no mundo e no Brasil um lugar de destaque, por isso, não é toda pessoa que deve ser jornalista. O jornalista ocupa uma tribuna. Muitas vezes não se sabe qual é a mais eficiente, se é a tribuna da Imprensa ou a própria tribuna do Parlamento, porque elas se confundem. O jornalista tem um lugar de destaque na História de todos os povos, principalmente no Brasil. Nós, então, apresentamos, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.474 de 1975, criando a Ordem dos Jornalistas do Brasil. Esse projeto, modestia à parte, é de alto interesse, porque resolve uma série de problemas de jornalismo no Brasil, colocando a profissão no seu devido lugar, para que o jornalista possa ser, não acobertado, mas possa ser orientado e defendido de uma maneira toda especial, como merece.

Peço a V. Exª consinta que a carta que o Sindicato dos Jornalistas Liberais do Município do Rio de Janeiro enviou ao Senhor Presidente da República sobre esse projeto, seja publicada e, também, um pequeno trecho do boletim desse mesmo Sindicato.

V. Exª daria essa matéria como lida, é o meu pedido a V. Exª, de coração tão magnânimo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — V. Exª será atendido.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA EM SEU DISCURSO:

**Sindicato dos Jornalistas Liberais
do Município do Rio de Janeiro**

Reconhecido pelo MTB conforme publicação do D.O. de 25-11-1955 — Carta Sindical de 10-2-1956
Rua Sete de Setembro nº 174 — 1º andar — Tel. 252-9408
Caixa Postal 50.005 — ZC/21 — Rio de Janeiro — RJ — 20.000
Rio de Janeiro, 21 de maio de 1976.

OF. Nº 57/76-P

Exmº Sr.
Deputado Federal Antunes de Oliveira
Câmara dos Deputados
Brasília — DF.

Senhor Deputado:

O Sindicato dos Jornalistas Liberais tem a honra de agradecer e acusar o recebimento dos discursos de Vossa Excelência sobre "José Bonifácio, o que Legislou" e "68º Aniversário da ABI", publicados respectivamente no *Diário do Congresso Nacional* de 1º de abril passado e 8 do corrente.

Estamos enviando a Vossa Excelência um recorte do jornal *Diário de Notícias* desta cidade, publicando notícia sobre aprovação pela comissão de justiça do projeto do Deputado Léo Simões, criando a *Ordem dos Jornalistas do Brasil*.

Como Vossa Excelência não tenha acusado o recebimento de documentos encaminhados por este Sindicato em 12-04-76, estamos remetendo cópias dos mesmos para sua honrosa apreciação e julgamento.

Podemos ou devemos apoiar o citado projeto do Deputado Léo Simões?

Aguardamos com urgência as valiosas e oportunas informações e instruções de Vossa Excelência.

Reiterando o nosso integral apoio ao judicioso e oportuno Projeto de Lei nº 1.474, de 1975, que cria os Conselhos Federal e Regionais do Jornalismo, de autoria de Vossa Excelência, renovando protestos de estima, apreço e admiração, subscrevemo-nos mui atentamente. — ARY DE AZEVEDO NEPOMUCENO, Presidente.

Diário de Notícias

Rio, sexta-feira, 21 de maio de 1975
Ano XLVI — Nº 16.614 — Cr\$ 2,00

Fundador: Orlando Dantas

Rua da Constituição nº 11
Telefones: 224-0445 e 224-7539

Câmara dá Ordem a jornalista

A Comissão de Justiça da Câmara aprovou a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil com características semelhantes às da Ordem dos Advogados, de acordo com projeto do Deputado Léo Simões (MDB — RJ), relatado, favoravelmente, pelo Deputado Jairo Magalhães (ARENA — MG). A proposição extingue, ao mesmo tempo, a obrigatoriedade do registro profissional de jornalista fornecido pelo Ministério do Trabalho.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1976

Of. nº 45/76-P

Exmº Sr.
Deputado Federal A. Antunes de Oliveira
Câmara dos Deputados
Brasília — DF.

Senhor Deputado:

O Sindicato dos Jornalistas Liberais tem a elevada honra de encaminhar a V. Exª xerocópias do Of. nº 30/76-P, dirigido ao Senhor Presidente da República, solicitando o apoio do Governo para a matéria contida no Projeto de Lei nº 1.474, de 1975, que cria os Conselhos Federal e Regionais do Jornalismo, de autoria de V. Exª, inclusive, xerocópia do Of. nº 31/76-P, enviado ao Senhor Ministro da Casa Civil, General Golberri do Couto e Silva, submetendo à sua superior consideração o encaminhamento do referido Of. dirigido ao Senhor Presidente Ernesto Geisel.

O expediente acima foi recebido, em Brasília, a 24-3-76, pelo Sr. Suboh. Executivo da Secretaria do Gabinete Civil da PR., conforme A.R. do Registro nº 06924, de 19-3-76, dos Correios (anexo).

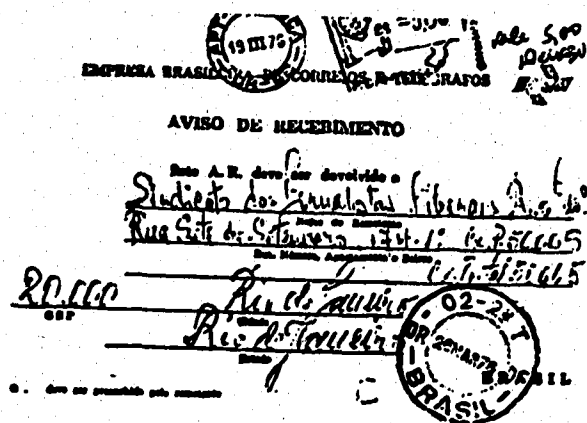
Este Sindicato cumpre o dever de comunicar que está elaborando uma apreciação sobre o acima citado Projeto de Lei nº 1.474, para ser encaminhada a V. Exª

Reiterando nosso apoio ao necessário e oportuno projeto em apreço, de autoria de V. Exª, renovando protestos de estima, apreço e admiração, subscrevemo-nos mui atentamente.

Ary de Azevedo Nepomuceno, Presidente.

P.S. — Solicitamos a V. Exª a especial gentileza de enviar alguns avulsos do Projeto de Lei nº 1.474, de 1975.

Antecipadamente muito agradecidos.



Rio de Janeiro, 18 de março de 1976

Of. Nº 31/76-P
Excelentíssimo Senhor
General Golbery do Couto e Silva
M. D. Ministro da Casa Civil
Presidência da República
Brasília — DF

Assunto: — Encaminhamento do ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República (Solicita)

O Sindicato dos Jornalistas Liberais do Município do Rio de Janeiro tem a elevada honra de submeter à superior consideração de Vossa Excelência o encaminhamento do ofício anexo dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Expõe o referido ofício matéria da maior relevância para o jornalismo brasileiro, tanto quando trata sobre o exercício da profissão quanto no da regulamentação, justificando a imperiosa necessidade de uma nova legislação.

Tendo a imprensa em Vossa Excelência um dileto amigo, aguardamos o mui valioso quão honroso acolhimento desta respeitosa solicitação, antecipamos os nossos melhores agradecimentos e subscrevemo-nos com o mais alto apreço e a maior consideração. Ary de Azevedo Nepomuceno, Presidente.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1976

Of. Nº 30/76-P
Excelentíssimo Senhor
General Ernesto Geisel
M. D. Presidente da República Federativa do Brasil

Assunto: — Solicita a valiosa quão honrosa atenção do Governo para a matéria contida no Projeto de Lei nº 1.474, de 1975, da Câmara dos Deputados, publicado no **Diário do Congresso Nacional**, de 11-11-75 (anexo), integrando nova legislação para a profissão de jornalista, amparando devidamente os estudantes e os bacharéis em Jornalismo e os antigos profissionais de imprensa. O mesmo Projeto revoga o Decreto-Lei nº 972, de 1969 e o Decreto nº 65.912, de 1969, que o regulamentou.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Sindicato dos Jornalistas Liberais do Município do Rio de Janeiro, que integrá em seu quadro Social os bacharéis em Jornalismo, os estudantes de Jornalismo dos dois últimos anos e os jornalistas profissionais que lhes são equiparados, investido nas prerrogativas de que trata o art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho, dentro as quais se in-

clui a alínea a, que é a de "representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida", cumpre o dever de solicitar a Vossa Excelência se digne conceder o seu valioso quão honroso apoio ao Projeto de Lei nº 1.474, de 1975, de autoria do Deputado Federal A. Antunes de Oliveira, contendo nova legislação para a profissão de Jornalista que ampara devidamente os estudantes e os bacharéis em Jornalismo e os antigos jornalistas profissionais.

Considerando a decisiva importância da existência de cerca de 70 (setenta) cursos de Jornalismo ou Comunicação, oficiais ou reconhecidos, em funcionamento nos estabelecimentos de ensino superior do País, anexamos ao presente o referido Projeto de Lei, Justificação e legislação citada, fls. 10.264 a 10.269 do **Diário do Congresso Nacional** (Seção I), de 11-11-1975.

Cumpre-nos ressaltar que a primeira turma do Curso de Jornalismo da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diplomada no ano de 1950, já completou 25 (vinte e cinco) anos, um quarto de século.

Diante desta realidade, nos parece clamorosamente injusto que depois do prazo de 90 (noventa) dias para o registro dos antigos jornalistas profissionais, facultado nos termos do Decreto-lei nº 972, de 1969, e do Decreto que o regulamentou, nº 65.912, do mesmo ano, acrescido do amplamente condescendente novo prazo de um ano pela Lei nº 5.696, de 24 de agosto de 1971, ainda possa haver qualquer obstáculo legal cerceando o uso e gozo dos plenos direitos e prerrogativas profissionais inerentes ao bacharel em Jornalismo.

Como exemplo de injustiça apontamos a admissão de jornalistas provisionados, nas funções relacionadas de a a g no artigo 6º do referido Decreto-lei nº 972, de 1969, e com dispensa da exigência do diploma de bacharel em Jornalismo.

No mesmo artigo 6º, se admite como estagiários, sem ser estudante de Jornalismo, o ilustrador, diagramador, repórter fotográfico e repórter cinematográfico, que apenas após o prazo de 12 meses adquiere o registro definitivo como jornalista profissional, sob a alegação de que nos cursos de Jornalismo não existem estas cadeiras. Caso sejam procedentes estas alegações, faz-se necessário a inclusão das referidas cadeiras no respectivo currículo.

E mais ainda, pelas alíneas a, b, e e do parágrafo 3º do artigo 4º, do mesmo Decreto-lei nº 972/69, permite o registro como colaborador, jornalistas de Serviço Público, e provisionados na forma do artigo 12, o qual dispensa a exigência do diploma de bacharel em Jornalismo e concede o registro definitivo de jornalista, após o período de estágio de 12 meses, conforme o parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 65.912, de 19.12.1969, que regulamentou o citado Decreto-lei nº 972, de 17-10-1969.

Outro obstáculo dos mais sérios e difíceis de serem transpostos pelos estudantes e bacharéis em Jornalismo é o cumprimento do estágio obrigatório, com vínculo empregatício, que deve ser feito dentro do próprio currículo, pois o mercado não comporta número de estagiários proporcional à atual dimensão do ensino de Jornalismo. Mesmo bacharel em Jornalismo, com o diploma registrado no órgão competente, é exigido o referido vínculo empregatício para o registro profissional, quando as demais profissões liberais permitem o estágio sem tal exigência.

Conclusões

O Sindicato dos Jornalistas Liberais do Município do Rio de Janeiro, com a devida vênia, vem solicitar a Vossa Excelência uma providência salvadora que faça cessar todas essas facilidades legais que vêm aumentando a avalanche de registros de não diplomados em Jornalismo em detrimento e desprestígio dos futuros jornalistas profissionais que se formam de acordo com a Lei, através de quatro anos de currículo universitário, completando vocação com formação.

Este Sindicato considera que a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Jornalismo virá acabar, entre outras incoerências, com a inaceitável discriminação entre os bacharéis em Jornalismo e os ilustres veteranos jornalistas não-diplomados em Jornalismo, pois a sua principal e fundamental finalidade é a inscrição dos antigos profissionais de Imprensa num mesmo órgão, integrando-os no pleno uso e gozo de iguais direitos e prerrogativas, visando a mais alta valorização e o maior congraçamento da classe, a exemplo do que tem sido realizado com a criação de idênticos Conselhos em todas as demais profissões universitárias liberais.

Acresce ainda, que a profissão de Relações Públicas, que é, por assim dizer, uma decorrência da profissão de jornalista da qual são egressos quase todos os seus titulares, já tem em plena vigência e funcionamento, seus Conselhos Federal e Regionais.

Aguardando a superior e favorável decisão de Vossa Excelência, antecipamos os nossos melhores agradecimentos e renovamos protestos da mais elevada estima, do maior apreço e mui distinta consideração. — **Ary de Azevedo Nepomuceno**, Presidente.

VII — DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA APRESENTA O PROJETO DE LEI Nº 1.474, DE 1975, QUE CRIA OS CONSELHOS DE JORNALISMO

O Projeto de Lei nº 1.474, de 1975, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Jornalismo, de autoria do ilustre Deputado Federal A. Antunes de Oliveira, publicado no *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), de 11-11-75, fls. 10.264 a 10.269, na sua judiciosa Justificação destaca a atuação deste Sindicato na sua persistente luta em prol de uma nova legislação que melhor defina os justos direitos e prerrogativas da classe. Este Sindicato após o oportuno Projeto de Lei nº 1.474, de 1975, em tramitação na Câmara dos Deputados, o qual corrigirá muitas injustiças e incoerências da legislação vigente.

O Sindicato reconhece como seu principal dever eliminar a intolerável discriminação entre os jornalistas diplomados e os antigos profissionais de Imprensa na árdua experiência, com a extensão de todos os direitos e prerrogativas legais dos bacharéis em Jornalismo aos ilustres veteranos de Imprensa não-diplomados pelos cursos de Jornalismo universitários, atuação judiciosamente definida na Justificação do Projeto de Lei nº 1.474, de 1975, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Jornalismo, de autoria do Deputado Federal A. Antunes de Oliveira, publicado no *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), de 11-11-75, fls. 10.264 a 10.269, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero fazer um registro, nesta Casa de Leis, sobre o artigo publicado pelo jornal *Órgão dos Amigos da Natureza e Pró-Gea*, em defesa do Parque Nacional do Marumbi:

EM DEFESA DO PARQUE NACIONAL DO MARUMBI

Ultimamente muitas têm sido as opiniões a respeito da necessidade, da importância da criação do referido Parque, como também das consequências do não atendimento neste sentido.

Enquanto alguns cientistas defendem a idéia de que a área do Parque deveria abranger desde o Estado de São Paulo até o de Santa Catarina, pessoas há que opinam no sentido, não só da redução desta área, como também na criação de uma Floresta Nacional ao invés de um parque (em um parque não é permitida qualquer exploração, ao passo que em uma Floresta Nacional há possibilidade de um manejo racional).

A propósito, transcrevemos alguns trechos de um artigo publicado em o jornal *Pró-Gea*, nº 7, de abril de 1974: "A Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, proíbe:

"a) a derrubada de árvores de encostas de declividade entre 25 a 45° graus;

b) o desmatamento ao longo dos cursos d'água, em faixas maiores ou menores de acordo com a largura da corrente, variando de 5 a 100 metros em ambas as margens."

No entanto, encostas com até quase 95° graus de declividade estão sendo devastadas, em vários pontos do Brasil, até dentro dos Parques, — enquanto vários rios tiveram suas margens arrazadas, restando o leito seco, entulhado de pedras e dos restos inaproveitáveis das árvores destruídas.

O Parque Nacional do Marumbi, um dos mais importantes, senão o de maior importância, não só pela sua extraordinária riqueza hidro-flora-faunística, mas muito mais por representar o elemento geológico do qual depende a garantia da manutenção geo-biológica de cidades, vilas aldeias, etc. e suas populações que habitam aquém do maciço serrano.

Manter a integridade geomorfológica da Serra do Mar, pela conservação das suas matas naturais, livre de devastação, erosão, deslizamentos de solo, etc. e garantir a existência de cidades e de suas populações, entre as quais Curitiba, Morretes, Paranaguá, Antonina, Guaratuba, Caiobá, etc.

A capacidade e as possibilidades funcionais dos portos de Paranaguá e Antonina, até certo ponto, são decorrentes do condicionamento natural da Serra do Mar. As alterações causadas na estrutura-constituição serrana, fatalmente repercutem desastrosamente em todo o litoral paranaense, como perigosas ameaças às condições geológicas regionais, bem como à sobrevivência de suas populações.

As estradas ferroviárias e rodoviárias que demandam o litoral dependem igualmente, na sua capacitação funcional, da manutenção do complexo natural edafo-hidrobiológico da Serra, expostas sempre a possível destruição, quanto mais avança a devastação nas suas encostas.

Não apenas para a conservação de todos esses elementos correlacionados em dependência com o maciço da Serra do Mar no Paraná, bastante para a efetivação urgente no Parque Nacional do Marumbi, há a acrescentar que o suprimento de água para o abastecimento humano de várias cidades, começando por Curitiba, capital do Estado, deriva do manancial hídrico da Serra.

Apesar da sua incontestável importância vital, nada se tem conseguido. Continuam os destruidores, prosseguindo em violentas devastações. Quando chegar o dia da efetivação da criação do Parque, as espécies nobres, as madeiras de lei, a começar pelo pinheiro-do-paraná, terão sido banidas das paisagens serranas.

Esperamos que as autoridades, os homens públicos que o povo elege para defender as necessidades e os direitos do povo, se pronunciem a favor da decisão certa da preservação do patrimônio nacional de acordo com o interesse sócio-econômico e condições geológicas regionais".

Traduzem estas linhas a convicção do **Órgão dos Amigos da Natureza — Pró-Gêa.**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aurélio Campos.

O SR. AURÉLIO CAMPOS (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A eliminação da VASP do transporte aéreo nacional parece ser a preocupação oculta de grupos financeiros, que fazem da privatização a estratégia e a tática do seu objetivo.

Quando servia ao povo do meu Estado como Deputado na Assembléia Legislativa de São Paulo, ao lado de bravos companheiros, levantamo-nos contra a aquisição da VASP pela TRANSBRASIL, escandalosa manobra, encorajada então pelas autoridades aeronáuticas, que pareciam ignorar as condições danosas da pretendida compra que entregaria, a uma pequena empresa, com pouco mais de vinte milhões de capital, um acervo público de mais de cento e oitenta milhões de cruzeiros.

Esclareci em seguidos pronunciamentos, que lá estão nos anais do legislativo paulista, toda a nebulosa trama do grupo financeiro contra o patrimônio público, inclusive o seu tenebroso golpe na bolsa com as ações da TRANSBRASIL que, num simples passe de mágica, valendo 30 centavos, em poucos dias chegaram a ser cotadas a 4 cruzeiros, para voltarem ao seu nível de ínfima desvalorização, quando a luta dos Deputados paulistas ganhou as páginas dos jornais, provocando verdadeiro clamor popular. Habilmente, os articuladores do escândalo recuaram, percebendo a inutilidade momentânea da tentativa.

Agora, quando a desestatização transforma-se em tema de um grande debate nacional, tenta-se exumar o golpe que parecia definitivamente enterrado, e a VASP volta a ser alvo da cobiça de grupos econômicos que vislumbam, na tendência dos debates da privatização das empresas públicas, um apetitoso prato para saciar sua voracidade. Exatamente agora, com o patrimônio consideravelmente enriquecido, com índices elevados de rentabilidade, a companhia aérea paulista é cobiçada pela antiga parceria indesejável, que se dispõe a entrar no negócio aéreo, fechando sua mão de ferro sobre o patrimônio público.

Baseado em seguras fontes de ...'formações, que fluem pelos canais do oficialismo palaciano de São Paulo, trago ao povo a denúncia do envolvimento gradativo do Governador Paulo Egydio Martins, que já admitiu para os mais íntimos sua intenção de promover em breve tempo a privatização da VASP. Isto quer dizer que, numa previsão que não tem nada de irrazoável, pois são os diretores atuais da Empresa os arautos do plano, logo teremos conhecimento que algum poderoso grupo econômico converteu-se em dono da VASP, adquirindo praticamente de graça uma generosa fonte de benefícios e de lucros.

É um preço alta demais e, por cima, inútil, para o povo paulista.

Denunciada a intenção nebulosa da privatização da VASP, há tempo ainda para se refletir e resistir a essa lufada de ambições. Que privatize a VASP, mas permanecendo o Estado como detentor de 49% da ações e os 51% restantes, distribuídos aos seus funcionários, a todos os seus funcionários, indistintamente, que, reunidos em regime de função, passarão a administrar o patrimônio da Empresa.

Mas antes de qualquer processo de privatização, que só aplaudirei se a Empresa for entregue aos seus dedicados funcionários, é preciso que se equacionem todos os direitos assegurados por lei, pagando-se todas as indenizações a que os trabalhadores e funcionários façam jus. Aí então a VASP estaria enquadrada nos ditames de livre empresa, revestida das características morais de uma proprie-

dade social, gerida pelos que a ela deram o melhor dos seus conhecimentos profissionais e o mais generoso da sua dedicada colaboração.

Creio que o Sr. Paulo Egydio Martins, o Governador de São Paulo, não estará interessado em construir seu triunfo pessoal, dando curso às diretrizes básicas da desestatização proposta pelo empresariado, que, pelo menos no plano teórico, procura ver sua ascendência ideológica consolidada. Espero que o Governador dos paulistas volte sua firmeza e o seu apoio tenaz à reestruturação da VASP, desfazendo a refinada urdidura do conto da privatização, para entregar a grande empresa aérea aos seus verdadeiros donos, que são os seus funcionários, uma parcela do povo paulista, que não quer assumir compromissos com os que tentam, à sombra de diabólicas sutilezas, apossar-se de um valioso e tradicional patrimônio público. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Leônidas Sampaio.

O SR. LEÔNIDAS SAMPAIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muito se tem falado contra os cartórios. Ultimamente, nova campanha contra eles vem sendo desenvolvida e a tônica, agora, é a de que constituem eles um grande poder, porque não precisam da clientela, muito menos atraí-la, já que os clientes é que precisam dos cartórios.

Fala-se também que ganham milhões por mês e que não necessitam prestar contas a ninguém.

A outra acusação comumente feita a esses tradicionais estabelecimentos de nosso País é a de que em virtude de seu poderio, descumprem a lei, com mil e um artifícios. Diz-se mais que fazem pressão sobre os órgãos da Administração Pública e que devido ao seu imenso poder econômico corrompem até os mais elevados órgãos federais, do Poder Executivo e do Judiciário. Coisas muito graves, acusações levianas se fazem contra os cartórios. Nada até agora ficou provado, essa é a verdade.

Não me parece justa essa campanha.

Em primeiro lugar, porque nada do que se vem afirmando está acompanhado de provas. E o que é mais grave, ao aceitar-se a procedência de acusações que tais, ter-se-ia de admitir a corrupção passiva dos Tribunais de Justiça dos Estados, dos Tribunais Federais e até do Supremo Tribunal Federal, se se considerarem verdadeiras as afirmações feitas ao **O Globo**, na edição de 11 de abril do corrente ano. Isto, evidentemente não pode ser admitido, sob pena de se admitir a falência moral dessas egrégias cortes de justiça e do Excelso Supremo Tribunal Federal, o que seria o fim da Justiça Brasileira, pelo enterro de suas instituições.

Nessa intolerável fúria de atacar a instituição notarial brasileira chegou-se à irreverência de invocar as Santas Escrituras e a pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, na tentativa de fazerem suas as palavras do Bendito Salvador, e o que é mais grave, procurarem atribuir a Cristo os libelos injuriosos proferidos contra os escrivães nessa recente investida marcada pelo ódio.

Esquecem-se os inimigos dos cartórios muitas coisas ligadas à sua existência. Por outro lado, fingem desconhecer as consequências imprevisíveis, e o que é mais sério, as fatalmente previsíveis e inevitáveis que decorreriam da sua inexistência ou extinção.

É muito fácil apontar os defeitos de uma instituição esquecendo-se dos serviços que ela presta.

Para se extinguir os cartórios ter-se-iam de ser criadas repartições públicas para substituí-los. E quem não conhece as mazelas daquelas? E os vícios de seus funcionários?

Porventura ousaria alguém afirmar, com sinceridade de propósitos, ser a administração pública mais eficiente do que a iniciativa privada? E que os cidadãos não dependem da repartição pública e sim esta daquelas? Tendo-se conhecimento e vivência da coisa pública seria possível afirmar-se inexistir corrupção nas repartições oficiais? Ou que o funcionário público é mais diligente ou mais honesto que os funcionários de um cartório?

Vê-se logo que a acusação peca pela puerilidade. Que os nossos cartórios apresentam falhas e cometem pecados, quem não o sabe? E quanto às repartições públicas, deixaria a recíproca, porventura, de ser verdadeira?

Exceções as há e talvez muitas. Mas a irrefutável verdade é que prestaram até aqui e ainda continuam a prestar relevantes serviços ao País, à sua causa pública, com a natural vantagem, que sempre leva a iniciativa privada sobre a atividade estatal, o que ninguém pode, em sã consciência, negar.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui fica nesse nosso ligeiro pronunciamento, nossa palavra de reprobção contra essa infamante campanha que se levanta contra essas tradicionais entidades, que tão excelentes tarefas desempenham na vida pública brasileira.

É o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As águas que transformaram o município paulista de Socorro em estância hidromineral são conhecidas há um século, quando moradores da região experimentaram os efeitos da radioatividade delas na cura de diversas doenças, o que provocou verdadeira romaria de pessoas em busca da saúde.

Em 5 de maio de 1945, o Decreto-lei nº 14.680 transformou Socorro em Estância Sanitária, reconhecendo-lhe o clima excelente e a abençoada fonte de água radioativa.

Entretanto, de 1945 até recentemente, Socorro passou por uma fase de esquecimento por parte do poder público. Não possuindo acomodações para seus visitantes e nem balneário.

Finalmente, no Governo atual, Socorro recebeu um hotel e ao seu lado vai ser construído o balneário, com dezesseis banheiras, nas quais iorrarão as preciosas águas.

O fato de pertencer à Oposição não desobriga o Deputado de aplaudir aquilo que foi realizado em favor da coletividade, pouco importando que aquele que realizou seja correligionário ou adversário político.

Daí a minha satisfação em registrar o fato de que após 30 anos de ostracismo o poder público voltou seus olhos para Socorro, fazei do-lhe jus aos seus méritos de Estância Hidromineral.

Esperamos confiantes que a ação do Estado não se limitará a apenas isso. Uma estância hidromineral exige maior atenção. Não basta construir alojamentos e instalar o balneário, mas impõe-se uma série de providências de ordem sanitária, além da eterna questão dos acessos viários. A autarquia a que foi confiada a tarefa de zelar pelas estâncias tem por certo muito que fazer, dado o número dessas estações. Mas, sem dúvida, terá especial atenção com Socorro, tendo em vista a sua proximidade aos grandes centros populosos do Estado. Beneficiando-se, assim, muita gente que se dispõe a desfrutar das vantagens não só das águas, mas também, do clima excelente que ali reina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Thibau.

O SR. NELSON THIBAU (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Realmente o Presidente da República começou a sentir o problema sério do turismo. Já viemos várias vezes a esta tribuna propor a Sua Excelência a criação do Ministério do Turismo, Jogos e Diversões.

Há muitos anos que estamos acompanhando esse problema. Vários brasileiros vão ao exterior fazer turismo, e ainda jogar nos vários cassinos, não só em Las Vegas, mas em outros recantos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, minha observação, agora, é mais importante e mais objetiva. Sabemos que, com as restri-

ções atuais de Cr\$ 12.000,00 por pessoa, o Presidente da República acaba de atingir a juventude, e por que não dizer a infância que, em temporadas de fim-de-ano, viajava para os Estados Unidos para ver aquela maravilha de Walt Disney, a Disneylândia.

A Disneylândia representa um conceito novo para uma mentalidade futura, cria na juventude e mesmo na infância uma mentalidade de esperança no futuro porque, sem súvida alguma, pertenceu a este século o maior amigo da infância que foi Walt Disney. Ele procurou levar uma mensagem amiga, uma mensagem de sinceridade, uma mensagem do bem-viver para as crianças.

As crianças do Brasil estão agora proibidas de conhecer a Disneylândia, porque a Cr\$ 12.000,00 por pessoa, nenhum pai pode, a não ser aqueles soberbos milionários, permitir aos filhos atravessarem as fronteiras para conhecer a maravilha de Walt Disney, a Disneylândia. As crianças ricas, tenho certeza, já tiveram oportunidade de ir.

Quando fui candidato a Deputado Federal, há muitos anos, preocupado com o turismo em Minas Gerais, propus, dentro de um programa sério, uma réplica da criação da Disneylândia em Minas Gerais, que seria, sem dúvida alguma a Thibaulândia, uma réplica da Disneylândia. Disney, Disneylândia; Thibau, Thibaulândia. Thibaulândia poderia dar acesso a todas as crianças do Brasil.

Agora, mais do que nunca, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, parece um assunto pitoresco, mas é muito sério para a juventude, para a infância, que quer a réplica das maravilhas da Disneylândia na Pampulha.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou convencido de que devo agora, mais do que nunca, marchar firme para criar em Minas Gerais, num recanto maravilhoso da Pampulha, uma réplica da Disneylândia, que será a Thibaulândia, para a maravilha de todas as crianças do Brasil. Não precisando essas crianças pagar 12 mil cruzeiros para atravessar as fronteiras do Brasil.

A Thibaulândia não só vai receber todas as crianças do Brasil, como também ser uma atração turística internacional, que receberá as crianças de todos os países do mundo.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Várias vezes solicitei-me o Deputado José Sally que com ele colaborasse em sua campanha pela Prefeitura de Niterói. Prometi-lhe discursos em praça pública, que não poderei fazer na campanha que não haverá. Mas quero, com este discurso, cumprir a promessa do testemunho, ainda que só para os companheiros desta Casa.

Advogado, jornalista e professor — vivendo e sofrendo todas as amarguras dos homens interioranos — lúcido e idealista, o caminho natural de José Sally seria, como foi, a política.

Sonhando servir sua terra, a província fluminense, e o seu pequenino município — Itaocara — José Sally postulou do povo um mandato e seu povo, compreendendo-o e estimando-o, dele fez o seu delegado permanente nas assembleias políticas.

Primeiro, e como degrau básico, o mandato de deputado estadual, onde serviu por três legislaturas consecutivas, afirmando-se como um dos melhores valores naturais, mentais e morais do seu povo, sempre atento a todos os problemas da gente e da terra fluminense, batalhando continuamente pela interiorização do progresso, lutando sempre para que todos os municípios pudessem figurar, com sucesso, no mapa sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Amadurecido nas lutas legislativas locais que José Sally buscasse projetar-se no cenário federal. Suas bases eleitorais, já ampliadas à custa de serviços recebidos, sagraram-no para o mandato na Câmara dos Deputados. E não foi — Sr. Presidente — uma sagração temporária; foi, ao revés, uma afirmação que o tempo reforçou. Pela segunda e pela terceira vez consecutivas o eleitorado fluminense reafirmou sua confiança no seu mandatário.

Um coração generoso, sempre disposto ao bem e ao serviço da causa pública — mas um coração já batido por sérias advertências — faltou-lhe em pleno exercício do terceiro mandato, nesta Casa, a que ele tanto amou e tanto serviu.

José Sally tinha o amor do direito, que cultivou sempre, desde muito moço, sobretudo nas duas grandes especialidades de largo conteúdo popular — o direito criminal e o direito constitucional. Sua contribuição, como membro da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, comprova tanto a capacidade de trabalho quanto a cultura que possuía. Seus pareceres são sóbrios doutos sua ausência na Comissão que examina e estuda a reforma do Código Penal será largamente sentida, seja por sua capacidade doutrinária, seja por sua extraordinária vivência como advogado militante.

E, politicamente, José Sally era um lutador invulgar. Ainda agora, malgrado os conselhos dos amigos e as advertências da família, que o exortavam, uns e outros, a não afadigar-se, porque seu coração reclamava cuidados e atenções especiais — nada o detinha. Ele estava na primeira fila da luta, pensando no pleito que se aproxima, destemeroso lidador da vitória do seu Partido e dos seus ideais.

Deploro a sua morte, como amigo e como companheiro, e recordo, Sr. Presidente, o seu exemplo com respeito.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 54, de 1976—CN, o Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8, de 1976—CN.

Com vistas à leitura da matéria, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1976—CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 55, de 1976—CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.465, de 30 de abril de 1976, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 1.455, de 13 de fevereiro de 1976.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ADHEMAR GHISI NA SESSÃO CONJUNTA REALIZADA DIA 7-6-76, ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O dever maior do reconhecimento nos traz a esta alta tribuna do povo brasileiro.

Aqui e nesta oportunidade, desejamos transmitir à Nação o sentimento de gratidão de uma grande parcela da gente catarinense que, residindo na sua região meridional, ainda hoje se ressente das consequências danosas que a fúria das águas lhe impôs.

Desde o fatídico mês de março de 1974, que as áreas produtoras, da indústria, do comércio e dos serviços defrontavam-se com uma grave dificuldade financeira, resultante da obtenção de financiamentos repassados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e da Caixa Econômica Federal. Sobre os empréstimos contraídos por aqueles que haviam sofrido o duro revés em suas atividades profissionais, passaram a incidir juros e correção monetária, tornando difícil e altamente oneroso, o cumprimento das obrigações contraídas, cuja situação mais se agravava.

Era, portanto, necessário que o Governo Federal, tão solícito e atento no encontro de soluções para a grave problemática surgida com as enchentes de 1974, ainda desta vez socorresse essa importante parcela da economia do sul do nosso Estado. O precedente já existia, autorizado pelo Ministério da Fazenda, generoso, humano e patriótico, relativamente às áreas da agricultura e da pecuária, que possibilitou rápida recuperação do setor, à custa do mácio investimento de cento e vinte milhões de cruzeiros para resgate em oito anos, sem correção monetária, com juros de 7% ao ano, e com carência de até três anos.

Era mister, agora, atender aos reclamos de industriais, de comerciantes e de prestadores de serviços cujos encargos financeiros, obtidos na forma já exposta, tornavam-se cada vez mais insuportáveis agravando situações pessoais que necessariamente levariam dezenas de patrícios à insolvência total e calamitosa.

Por conhecermos a grave realidade vivida por nossos conterrâneos, em decorrência de tais fatos, solicitamos uma audiência ao Senhor Ministro Mário Henrique Simonsen, em dias do mês de dezembro próximo passado. Ao eminente brasileiro transmitimos as angústias e o drama vivido pelos coestaduanos desesperados. Na ocasião entregávamos pessoalmente ao ilustre titular da Pasta da Fazenda a síntese de nossa reivindicação.

Daquela data até o dia 26 de maio último, vários foram os encontros pessoais e telefônicos, mantidos por nós com o eminente Ministro e com seus assessores diretos, notadamente o Dr. Marco Amorim Neto, Coordenador-Chefe para Assuntos Econômicos e o Dr. Miguel Ethel, alta autoridade do Ministério em São Paulo, encarregado do levantamento total dos débitos e dos contatos com os interessados na solução do problema em Santa Catarina.

Em março apresentávamos, em nova audiência, ao Senhor Ministro Mário Henrique Simonsen um estudo atualizado e completo do problema, que a Diretoria do Clube de Diretores Lojistas de Tubarão havia encomendado à Fundação Educacional do sul de Santa Catarina, daquela cidade.

Finalmente, no dia 26 de maio último, éramos informados pelo Dr. João Batista de Abreu, Subcoordenador para Assuntos Econômicos, do Gabinete do Sr. Ministro da Fazenda, que Sua Excelência havia decidido favoravelmente às nossas pretensões que consubstanciavam todas as justas aspirações e acalentados sonhos de uma grande e importante área do Estado de Santa Catarina. Corporificava, o Ministro Mário Henrique Simonsen, naquele instante, o cumprimento de um propósito e a efetivação de uma intenção que já nos revelara, desde a oportunidade em que com sua pessoa mantivemos o primeiro encontro para tratar desse assunto.

Éra-nos dado conhecer que, pelo seu Aviso nº 231, daquela data, o Banco Central do Brasil estava autorizado a repassar ao Banco Regional do Desenvolvimento Econômico (BRDE) e ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), respectivamente, as quantias de Cr\$ 37.500.000,00 e Cr\$ 27.500.000,00, totalizando Cr\$ 65.000.000,00. Tal soma servirá para liquidar, pelo menos, cinquenta por cento do montante dos financiamentos e outros encargos anteriormente concedidos através de recursos do PIS e do

BNDE, por intermédio dos referidos bancos regionais. Esse montante, dadas as condições específicas da região e das pessoas a que pretende atender, finalmente, teve sua liberação autorizada em condições especiais, isto é, para resgate no prazo de cinco anos, com dois de carência, rendendo juros de quinze por cento ao ano e isento de correção monetária.

Como não poderia deixar de acontecer, a providência governamental ecoou da maneira mais simpática e intensa em todo o sul-catarinense, premiando os esforços de quantos viabilizaram sua efetivação. Nesse particular congratulo-me com a Associação Comercial e Industrial, com o Clube dos Diretores Lojistas, com a Câmara Municipal e com a Fundação Educacional do sul de Santa Catarina, todos de Tubarão; com a Câmara de Vereadores de Braço do Norte e a Assembléia Legislativa daquele Estado sulino, bem como com dedicados amigos e dignos conterrâneos, que, como homens públicos ou exercendo atividades particulares, ofereceram o melhor de si para tornar realidade a difícil pretensão, tão necessária ao soerguimento da região.

Neste ensejo destaco o trabalho indormido e atento de Elídio Bongioio, Hamilton Cargnin, José Antônio Rocha, Mário Botega, Roberto Willemann, Arno Damiani, João Corrêa Bittencourt, Milton Carlos de Oliveira, José Müller e tantos outros coestaduanos que muito fizeram para a consecução dessa grande meta.

Ao finalizar estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, desta alta tribuna, levo ao Ministro Mário Henrique Simonsen e a seus ilustres auxiliares, anteriormente citados, o profundo agradecimento de todo um Estado e de uma região que, por seus filhos, contraem nova dívida para com o Governo Federal em decorrência das enchentes de 1974.

Ao Senhor Presidente Ernesto Geisel asseguramos que, aquele pedaço de Brasil e os brasileiros que ali habitam não serão ingratos para com os objetivos políticos pregados e defendidos por Sua Excelência. Ali a ARENA, o seu Partido, haverá de conquistar expressiva vitória, marcando indelevelmente a supremacia arenista em mais de 25 dos 35 municípios que compõem a região sul-catarinense. (Muito bem!)